
041ª SESSÃO ORDINÁRIA – 13MAI2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sefora Gomes Mota solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 12 a 18 de maio de 2015.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, em nome do PT ocupo esta tribuna, e, como não poderia deixar de ser, vou falar sobre mais uma tentativa, que eu chamaria de conservadora e retrógrada, que é a de tentar reduzir a maioria penal.

Nos últimos meses, temos percebido que há inúmeras frentes se avolumando e tomando corpo na tentativa de se rediscutir, uma coisa muito saudável numa democracia, temas que já foram discutidos num passado próximo, como é o caso, para dar um exemplo, na questão do uso de armas.

Hoje as pessoas podem ter arma, o que já foi objeto de consulta pública nos últimos anos, mas um Deputado de Santa Catarina propõe uma flexibilização no estatuto do desarmamento, permitindo, por exemplo, a publicidade de armas de fogo. Vejam o que um deputado catarinense chega a propor. E nós temos, aqui, uma proposta, a PEC 171/93, que traz novamente a discussão da redução da maioria penal.

Na semana passada, na Fase, há um projeto muito interessante na questão da formação de um grupo de adolescentes, junto com o projeto Pescar, que trabalha a questão da profissionalização, encaminhando os meninos que fazem parte do curso para uma atividade profissional voltada à mecânica básica de bicicletas. É importante isso. Na Sessão de hoje vamos enfrentar esse tema, através de uma Moção de Repúdio a PEC - está na Ordem do Dia. Eu convido os Vereadores a visitarem a Fase, talvez, muitos nem conheçam, porque essa ideia da PEC está baseada em que os adolescentes não são responsabilizados. Não há, Ver. Cecchim, diferença, praticamente pouquíssima diferença no sentido da institucionalização do sujeito – ele está ali, privado da liberdade. O adolescente pode ficar até três anos privado de liberdade; três anos na vida de um adolescente é uma eternidade. Há quem diga que deveria ser aumentado o tempo de

internação dos adolescentes, mas o fato é que há, sim, responsabilização. Hoje, temos mais de 20 mil adolescentes internados ou presos – usamos termos diferentes para dizer que não é a mesma coisa, mas é, porque a privação de liberdade, seja no Presídio Central, seja na FASE, é a mesma, você não pode sair. Tenho em mãos, aqui, o manifesto do Comitê Gaúcho Contra a Redução da Maioridade Penal, que organiza, desde ontem, as 24 horas contra a redução da maioridade penal. Começou ontem, às 18h15min, e terminará hoje, nesse mesmo horário, com uma audiência pública, na Assembleia Legislativa, no auditório Dante Barone. Não tenho tempo de ler todo o manifesto – posso passá-lo aos colegas Vereadores –, mas temos aqui dados objetivos de países que entraram nessa ideia de que precisariam reduzir a idade para estabelecer a imputabilidade penal e, depois, voltaram atrás. Hoje, 70% dos países estabelece 18 anos como idade penal mínima. Países como Espanha e Alemanha voltaram atrás nessa decisão, ou seja, reduziram a maioridade penal e, depois, voltaram atrás.

Neste curto espaço de tempo, aqui, falo em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Tanto o Presidente Lula quanto a Presidente Dilma, numa frase que sintetiza muito aquela expressão de que, nessa linha, as pessoas já serão presas antes de nascerem... É uma ideia lombrosiana – não é, Ver.^a Jussara? – de criminalidade. Existiu um médico italiano, Cesare Lombroso, que, há muitos anos, identificava, pelo olhar do sujeito, se era ou não criminoso. Na PUC-RS, há um tempo, um grupo de cientistas começou a estudar se era possível identificar traços de criminalidade, a partir de uma análise biológica do sujeito. Estamos sempre vivendo essas investidas de retrocesso, às quais temos que combater duramente. Esta é a posição da Bancada do Partidos dos Trabalhadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A Sra. Jussara Cony (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento ontem do Sr. Lauro Hagemann, um grande homem que, através de uma grande liderança, legou a todos nós uma história de articulação política ampla, de não perder os seus princípios.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O Sr. Nereu D'Avila: Peço vênua a V. Exa., abrindo essa exceção, mas não poderia deixar de, em uma frase, homenagear a grande figura de Lauro Hagemann, um grande Parlamentar, defensor árduo de ideias progressistas, colega muito querido, que deixou um rastro de luminosidade, não só no sindicato dos radialistas profissionais, mas também nesta Casa e na Assembleia. Nossas homenagens ao grande Lauro Hagemann.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, venho, em nome do PCdoB, em primeiro lugar, cumprimentando os servidores municipais e o Simpa pela luta dessa paralisação nesses dois dias na busca dos seus direitos. Lembro que, na discussão do projeto da Fazenda, finalizei um dos meus pronunciamentos, afirmando que os municipais estavam chegando ao limite, porque não havia diálogo da Prefeitura e também pelo rompimento do acordo. Eu dizia inclusive que a gestão havia radicalizado; disse com todas as letras, reafirmo, que os trabalhadores, sem dúvida, dariam uma resposta. Hoje e amanhã há uma paralisação com uma adesão enorme dos trabalhadores. Sou Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público e dos Servidores Públicos nesta Casa. Até à exaustão, eu tenho afirmado que os servidores são estratégicos para a consecução das políticas públicas. O projeto de lei da Fazenda, quando foi rompido o acordo, e votado, foi um sinal de maior radicalidade em relação à luta dos servidores por parte da gestão. Eu quero destacar o papel dessa Frente Parlamentar que reúne todos os partidos, principalmente o da Câmara Municipal de Porto Alegre, da nossa Mesa Diretora e dos nossos Líderes na busca de mediação e entendimento. Há pontos de pautas fundamentais para a cidade de Porto Alegre - vou citá-los: o ponto econômico salarial, a carreira e valorização profissional, assistência à saúde, porque há que cuidar dos cuidadores, a defesa do serviço público e melhoria das condições de trabalho, política de valorização do servidor e combate às discriminações, assistência ao servidor, organização da categoria - tudo isso acompanhado de anexos,

com as propostas que os servidores têm, historicamente, levado para a revisão de carreira.

Dita esta pauta, em cada uma de suas demandas, que o tempo não me permite elencar todas, mas vou pedir que sejam anexadas às nossas notas taquigráficas, eu creio que temos que atentar para o que está acontecendo. Acho que Porto Alegre está perdendo o encanto do que é o diálogo, a participação ampla para a discussão de questões e políticas estratégicas. A população está muito apreensiva com a criminalidade crescente. Eu não estou separando Porto Alegre de todo com texto, inclusive, mundial, hoje. Mas eu quero trabalhar a cidade de Porto Alegre, onde somos Vereadores. A criminalidade, a saúde anda deixando muito a desejar, assim como a mobilidade urbana, áreas não regularizadas. Acho que temos que trabalhar muito com a questão da regularização fundiária, a limpeza urbana, o meio ambiente, a cultura, enfim, o cuidado da Cidade. E quem faz isso são os servidores, são os nossos municipais. A população quer ver também os seus trabalhadores da Prefeitura com condições dignas de trabalho, com plano de cargos, carreira e salário, com saúde. O gestor tem, sim, responsabilidade de efetuar o diálogo, Ver. Alex, que me dá a sua atenção, porque as reivindicações são justas. Só com o diálogo se avança para a construção desta Porto Alegre que não pode perder o encanto, uma Cidade que é referência mundial, sob o ponto de vista de diálogo e de participação popular.

O Prefeito alega uma crise econômica. Sim, nós sabemos disso, e é global. Sabemos disso, mas se não efetuarmos o diálogo, se não elencarmos as prioridades junto com os trabalhadores - e eles têm prioridades que são estratégicas para a gestão -, vai somar à crise econômica uma crise de gestão. E aí é o caos. É o caos!

Então, eu quero finalizar, dizendo que tenha a certeza de que não queremos que os trabalhadores, esta Casa, os gestores, aqui em Porto Alegre, e o Rio Grande do Sul não querem que aconteça aqui o que está acontecendo no Paraná e em outros Estados: chegar ao momento de opressão e violência com os trabalhadores. Já é uma opressão e uma violência não dialogar. O não diálogo pode também levar a momentos de muitas dificuldades. Tenho certeza de que esta Casa, a Frente em Defesa do Servidor Público e dos Serviços, a Mesa Diretora e seu colégio de líderes, como sempre, têm que estar à disposição para garantir o diálogo do gestor com os servidores municipais, priorização de pauta e atendimento de reivindicações básicas, estratégicas dos servidores para que

Porto Alegre possa funcionar à altura da dignidade do seu povo e dos seus trabalhadores.
Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, venho inicialmente me pronunciar a respeito do dia 13 de maio, conhecido por todos nós como “Dia da Abolição da Escravatura”. Quando se fala em escravatura, logo se liga à questão do povo negro, mas não foi só o povo negro que, ao longo da história, foi escravizado. Mas marcou, sim, a abolição da escravatura um momento importante, um momento histórico da libertação do homem, em parte, porque nós ainda estamos, Srs. Vereadores, buscando a libertação do povo em seu todo. Em um primeiro momento, talvez, Ver. Tarciso Flecha Negra e Ver. Delegado Cleiton, tenhamos vencido lá, no dia 13 de maio, agora, nós estamos na busca de um segundo momento, que é a libertação do povo, no que diz respeito às perseguições, às humilhações, às discriminações, à exploração, à mentira, às questões que entristecem a todos nós que exercemos um cargo público e que, muitas vezes, somos, de forma injusta, igualados a esses que não deveriam estar exercendo um cargo público, deveriam estar na cadeia. Mas não essa cadeia que aprimora o crime, deveriam estar no trabalho forçado, pagando o seu próprio custo, no mínimo.

Então, Vereadores, fica aqui essa fala de que nós precisamos sinalizar nesse sentido, porque o povo ainda busca a libertação, o povo busca o respeito. Quiçá, um dia, possamos dizer que, se o homem público fala, se o homem público promete, irá cumprir, se não cumprir, pagará imediatamente – o que não ocorre hoje. Hoje é candidato a Vereador, Deputado, Senador, Governador, Presidente, falando uma coisa um dia, se elegendendo e, no outro dia, fazendo diferente. Por isso que eu digo: nós ainda não estamos libertos totalmente.

Hoje eu vi que a imprensa, a grande mídia, os jornais – a Zero Hora, o Jornal do Comércio –, com as seguintes matérias: “Capital ganha plataforma para reclamação *online*”. (Mostra jornal.) Pois eu quero dizer que vai congestionar! Vamos ter

congestionamento! O que eu lamento é que nós já estamos, nossa equipe do gabinete, há alguns meses, protestando desta forma aqui. (Mostra cartaz.) Mas não é de primeira vez, nós encaminhamos, damos um prazo e, depois, nós defendemos: chutem o balde! Nós já estamos fazendo isso. O que eu lamento profundamente é que o Governo tenha demorado tanto para fazer isso. Agora eu não acredito, vão enlouquecer, porque eu estou enlouquecido de tantas mensagens que recebo. Eu tenho dito desta tribuna, e vou permanecer, porque vou fazer o maior esforço, um esforço talvez impossível para um ser humano nas minhas condições – porque sou limitado como tantos outros – de ser coerente. O Governo pode contar comigo nas questões que eu entender que sejam de benefício do bem comum. Então, eu não sou da oposição, não sou da base, tenho votado com o Governo! Hoje, nós vamos enfrentar um projeto que tramitou nesta Casa, que Vereadores fizeram pouco caso, que são as questões dos guias de turismo na Capital, que o Governou deixou andar. Quando o Governo viu que nós aqui aprovamos, ele vetou o projeto. A Secretaria de Turismo desta Cidade precisa entender que este Vereador, que os Vereadores são parceiros, nós queremos resultado! Porque não dá mais para nós, Parlamentares, andarmos pela Cidade e sermos cobrados de todos os assuntos, de todas as questões que estão paradas e que não andam! Aí, de repente, temos um projeto vetado, que poderiam ter reparado se o projeto não atende a contento! Não! Vetaram! Vetaram, como se nós estivéssemos fazendo algo muito preocupante, muito perigoso! O projeto não traz despesa para o Executivo! E o Vereador que se encarregou de mandar *e-mail* para as empresas de turismo se enganou, porque aqui também tem dono de empresa! E, mais tarde, saberão quem! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde, quero cumprimentar os Vereadores; as Vereadoras; os guias de turismo que estão aqui; Ver. Bernardino, desde a semana passada, tu tens conversado comigo sobre esse veto. Ontem, nós tivemos, aqui na sala da Presidência – na cedência do Presidente Mauro Pinheiro –, uma reunião com os guias de turismo, e eu, como Líder do Governo, fiz as colocações, as reivindicações e a derrubada do veto, da

qual gostariam os guias de turismo. Eu fui muito franco e objetivo quando disse para vocês que o Governo faria o trabalho da manutenção do veto. Mas, mesmo assim, naquela tarde, eu saí, juntamente com o Chefe de Gabinete do Prefeito Fortunati, e fui à Secretaria Municipal de Turismo – ontem à tarde – falar com o Secretário Luiz Fernando Moraes, mostrei novamente, Ver. Bernardino, a lei e pedi que ele desse mais uma revisada. Ele me apontou alguns problemas, fora a questão jurídica que uns dizem que é constitucional, outros não. Pedi para que ele já deixasse reservada uma agenda na segunda-feira, às 14h, da semana que vem, para que nós possamos juntos ir até a Secretaria de Turismo para podermos vencer os objetos que têm nesse projeto de lei.

Quero, aqui, Ver. Bernardino, afirmar e deixar a nossa palavra do Governo, porque não vai ser o Governo que construirá um novo projeto, no qual entendamos e consigamos superar as limitações, dificuldades ou obstáculos que nós temos nessa lei que tu apresentaste. Eu me comprometo com o Ver. Bernardino Vendruscolo que não é o Governo quem encaminhará um novo projeto. Quem construirá o projeto será o Ver. Bernardino Vendruscolo, junto ao Secretário Luiz Fernando, com o nosso apoio, rerepresentará um projeto para o qual vamos buscar a aprovação. E, juntos, vamos conseguir construir um novo projeto.

Então, eu fiz questão de vir a esta tribuna fazer essa explicação para vocês. Ontem, nós estivemos juntos na sala da presidência, vocês colocaram para nós todas as questões da importância da aprovação desse projeto e da derrubada do veto. Mas nós – como base de Governo – estamos respeitando o nosso Governo na manutenção desse veto. Como falei ontem para vocês, a negociação não se encerra hoje, ela reinicia hoje. E, na segunda-feira próxima, estaremos junto ao Ver. Bernardino, às 14h, na Secretaria de Turismo, para buscar uma solução para os guias de turismo, que são tão importantes para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Bernardino Vendruscolo: Presidente, eu só quero reconhecer, realmente, o empenho do Governo - o Ver. Kevin Krieger tem sido incansável -, não há dúvida, nós faremos acordo. Mas hoje nós vamos tentar derrubar o veto!

O Sr. Kevin Krieger: Como nós falamos ontem, isso faz parte da democracia desta Casa.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero falar do nosso relatório de ontem na Comissão de Direitos Humanos, em nome da nossa Bancada do PSOL, em meu nome e em nome do Ver. Prof. Alex, mas também queria dar a minha opinião, Ver. Bernardino, sobre o veto. Mais uma vez, vemos uma política do Governo de vetar projetos importantes desta Casa, que dizem respeito a demandas concretas, neste caso, dos trabalhadores do turismo da cidade de Porto Alegre. Contem com a nossa bancada para votar pela derrubada do veto, porque não aceitamos esta lógica de vetar todos os projetos que são aprovados – ou boa parte deles – que trazem benefícios e melhorias para a comunidade. No nosso caso das AEIS, a Câmara derrubou o veto, e o Governo foi até a Justiça tentar derrubar as Áreas Especiais de Interesse Social, justamente atacando o direito de 25 mil famílias, num processo de negociação e de luta pelo direito à moradia.

Então, nós não nos conformamos com esta política permanente do Governo Fortunati de vetar muitos projetos meritórios que esta Casa vota, como foi o caso da lei aprovada aqui com relação aos guias de turismo e como foi o caso de vários outros vetos que vimos e votamos pelo projeto e contra o veto.

Quero trazer a esta tribuna informações que nós ficamos um mês coletando, com relação aos equipamentos de políticas públicas para as mulheres no Município de Porto Alegre. Não é novidade aquele caso grave que ocorreu na Redenção, no dia 9 de março, quando uma jovem foi estuprada ao meio-dia e, quando foi buscar atendimento na Delegacia da Mulher, foi desrespeitada, com uma negligência de não atendimento. Nós, a partir deste caso, começamos a receber a demanda de discutir as políticas e os equipamentos de prevenção à violência contra as mulheres e, durante todo o mês de abril, fizemos visitas aos quatro equipamentos de proteção às mulheres vítimas de violência. Estamos chocados. As informações são desoladoras. Temos aqui uma cópia do relatório que traz dados sobre a execução orçamentária, do que foi previsto e do verdadeiro desmonte por

que passa, neste momento, o Centro de Referência Estadual, o Centro Vânia Araújo, uma política pública fundamental para garantir uma assistência completa e uma rede de apoio que está sendo verdadeiramente desmontada pelo Governo Sartori.

Isso é inadmissível num País em que, a cada uma hora e meia, uma mulher é vítima da violência e é assassinada, vítima do machismo, vítima da violência doméstica e familiar. É inadmissível que os poucos equipamentos que nós tenhamos estejam sendo desmontados. No nosso relatório, chegamos ao dado de que mais da metade do orçamento estadual, no ano de 2014, foi contingenciado; 62% dos R\$ 10 milhões destinados às políticas das mulheres foram contingenciados – um percentual que representa 0,02% do orçamento. No caso do Município, os valores que o Governo destina para a política das mulheres representam 0,009% do Orçamento Municipal, e, mesmo assim, tiveram metade desses recursos contingenciados e não executados nas políticas de promoção à vida das mulheres. No Governo Federal, da mesma maneira, mais de 50% do orçamento sofreu cortes. Ou seja, os governos estão fazendo cortes na vida das mulheres.

Mais: nós acompanhamos a falta de assistentes sociais, de psicólogos, tanto no DML – que só tem atendimento especializado em acolhimento durante o horário comercial -, como a inexistência desses profissionais na Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres, a falta de advogados, de assistentes sociais e até de técnicos administrativos no Centro Vânia Araújo. Agora, vem a notícia de que o Governo cortou 25% das verbas de gasolina para toda a Polícia Civil. Isso é inadmissível. É inaceitável o quadro que nós estamos vendo de desmonte das políticas de segurança pública e desmonte das políticas de segurança e de proteção à vida das mulheres. Então, a nossa Comissão produziu esse relatório, estamos entregando-o para o Departamento Estadual de Políticas para as Mulheres, para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas do Estado. Ontem, a Secretária Adjunta do Município veio e, pessoalmente, recebeu o relatório – o que foi muito positivo – e, por outro lado, daqui a dois meses tem nova reunião para cobrar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste, eu não poderia deixar de vir à tribuna pelo dia de hoje. O dia de hoje tem o objetivo de fazer uma reflexão sobre a contribuição do povo negro para o nosso País, e principalmente para o nosso Estado. Mas, além disso, para que, no futuro, cada um de vocês tenha orgulho de suas origens, seja ela da cor que for. Espero, de coração, que no futuro tenhamos muito orgulho deste País. Quero agradecer aqui também as palavras do Ver. Bernardino, parabenizar as suas palavras sobre a Abolição. O que nós, negros, essa raiz que é espalhada pelo mundo, que é essa árvore muito negra, a África, cuja raiz vai muito e muito além do que a gente imagina, o que nós, negros, esperamos até hoje, Ver. Bernardino, é a justiça, a igualdade sem preconceito, é a educação que foi nos negada. O principal na Abolição da Escravatura foi que não tivemos acesso à educação. Isso seria o principal para nós, negros, a educação, porque, com a educação, você adquire inúmeras coisas. Isso nos foi negado. Eu sempre venho aqui em cima e falo que nós não queremos migalhas que caem da mesa, nós queremos, de direito, aquilo que é nosso, como cidadão e como seres humanos, que é educação, saúde e segurança, que é obrigação deste País! Não venho aqui falar de governo A ou B, isso está acontecendo há milhares de anos, e nós ainda não somos livres. A liberdade, para mim, é outra coisa, a liberdade para mim é ter uma boa educação, é ter uma boa segurança, é a liberdade sem preconceito, sem racismo, isso, para mim, é liberdade. Não é aquela liberdade no papel, mentirosa, falsa; lá atrás, era proibido, aqui na frente, se podia, essa é a liberdade falsa, essa nós nunca pedimos. Então, agora, estamos lutando para construir essa liberdade que nossos antepassados começaram, no dia 13 de maio de 1888. Espero que, um dia, os nossos filhos, os nossos netos possam saborear essa liberdade com direito e com muito respeito. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Presidente Mauro Pinheiro, na pessoa de V. Exa. cumprimento os Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, a representação presente aqui do Hospital Mãe de Deus, que vem acompanhar atentamente a aprovação de um importante projeto que vai garantir a qualificação daquele espaço, que tem um enorme interesse coletivo da nossa sociedade na área da saúde, que vai dar uma resposta importante para as intervenções necessárias para aquela ambiência no bairro Menino Deus – registro a presença e agradeço. Quero também agradecer a presença dos guias de turismo, estão aqui atentos a essa questão do veto e à construção de uma solução, se não por esse projeto, por alguma outra alternativa que possa dar uma resposta; eles já estiveram peregrinando, já estiveram no meu gabinete, a gente está acompanhando de perto essa situação, estamos atentos também, como vocês, e aflitos por uma solução para essa questão dos guias.

Falo em nome do meu partido, do PDT, e quero fazer um registro: por nossa iniciativa, hoje, foi incluído no Calendário Oficial do Município, Ver. Idenir, o Dia do Chefe de Cozinha. A gente sabe que a gastronomia também é um fator econômico de geração de emprego e renda, de turismo, o Rio Grande do Sul tem o churrasco, a tradição, a imigração italiana, a imigração alemã; a nossa culinária é bem diversificada, várias outras cozinhas já chegaram – hoje tem a japonesa, a tailandesa. Hoje, estivemos aqui com a Noratur, o pessoal nos visitando. Eu queria fazer também esse registro.

Ontem, escutando a Hora do Brasil, atentamente, ouvi sobre a obrigatoriedade, ex-Prefeito Villela, de haver, pelo menos, um cardápio impresso em Braille nos restaurantes. Olha que interessante! Nesse mesmo sentido, quero dizer que há, nesta Casa, um projeto de lei de minha autoria que torna obrigatória uma identificação dentro do táxi, nas portas, em Braille, para o cego tomar um táxi e saber qual é o prefixo, Ver. Casartelli. Quero dizer que, cada vez mais, a gente avança, garantindo às pessoas portadoras de deficiência, Ver. Paulo Brum, direitos. E essa foi também uma política pública prioritária do nosso Governo, que instituiu em Porto Alegre a Secretaria de Acessibilidade. Então, todas as políticas públicas que venham a se somar e possam se concretizar realmente em obrigações para o bem de pessoas portadoras de deficiência, para facilitar a vida dessas pessoas, todas serão bem-vindas.

Quero deixar aqui também o registro dessa nossa iniciativa, no sentido de identificar os táxis. Poderá ser até aquele adesivo, em que consta o tamanho da mala, preço, enfim.

Não precisa ser uma placa, não precisa haver custo, não precisa onerar o taxista de forma alguma, desde que a pessoa cega possa identificar o prefixo do táxi em que ela está embarcando.

O pessoal que tem nos acompanhado, principalmente os Vereadores mais antigos – Ver. Pujol, Ver. Nereu, Ver. Nedel –, sabe que, no meu primeiro mandato, há dez anos, fiz um projeto de lei que considero um dos mais relevantes, uma das maiores contribuições minhas para a Cidade no que diz respeito ao direito do consumidor, que foi a obrigatoriedade de os bancos atenderem as pessoas em 15 minutos. As filas de banco, hoje, em Porto Alegre, devem obedecer à lei de nossa iniciativa, de 2009. Um amigo me entregou uma senha de banco, que eu não vou dizer de qual, mas vou tomar providências cabíveis junto à SMIC, para que faça a devida fiscalização. Está aqui apontado no canhoto, e fiz questão de tirar um xerox ampliado (Mostra documento.): ele entrou no banco, às 15h30min, e foi atendido às 16h26min – quase uma hora depois do que a lei manda e obriga a atender. Então, quero fazer um apelo ao Secretário Goulart, para que faça com que um fiscal se desloque... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Está aqui o testemunho do Ver. Professor Garcia de que, também, no mesmo dia, com o canhoto do banco, fez a denúncia, e o banco foi autuado. Por quê? Porque há caixas, há espaços físicos, mas as pessoas não são contratadas para trabalhar. E aí não se justifica, Ver. João Bosco Vaz, porque, com o autoatendimento, com a Internet, são pouquíssimas as operações que a pessoa se obriga a ir ao banco para fazer. E, ainda assim, fica lá esperando no banco quase uma hora? É inadmissível. Então, trago aqui o comprovante, o canhoto. O cidadão fez questão de dizer: “Agora, o senhor carimba a hora que o senhor me atendeu, porque vou fazer uma denúncia”. Ele veio aqui no gabinete, e nós estamos aqui trazendo ao conhecimento do público. Em Porto Alegre, o sistema financeiro tem que se adequar e cumprir a lei, que determina 15 minutos, mas, claro, em dias de pagamento, em véspera de feriados, é de 20 minutos o tempo de espera. Mas não assim, quase uma hora. Fica aqui o registro.

Agradeço aos colegas de bancada por me franquearem a palavra em tempo de Liderança do nosso partido. Agradeço a paciência ao pessoal do Hospital Mãe de Deus, porque o veto tranca a pauta, pedi que viessem depois das 16 horas, mas que bom que já estão aqui para acompanhar a nossa Sessão.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Vereador-Presidente Mauro, Vereadores e Vereadoras que nos assistem aqui, também as pessoas através da TVCâmara, eu ocupo esta tribuna hoje para fazer um registro muito importante. Escutei a Ver.^a Fernanda Melchionna, Presidente da Comissão da qual eu tenho honra de participar – Comissão de Direitos Humanos, Direitos do Consumidor e Segurança Urbana –, para levar ao conhecimento dos senhores e das senhoras que o nosso trabalho em relação a essas visitas... Tudo começou com o caso do estupro ocorrido no Parque da Redenção, às 12h de um dia de semana, à luz do dia, quando uma moça foi arrastada por criminosos e estuprada lá. E ela sentiu-se mal quando atendida na Delegacia da Mulher.

É importante deixar claro que, nas visitas que fizemos, a minha observação e a minha decepção só reforçaram o sentimento que, de longa data, eu venho compartilhando com a população de Porto Alegre, com a população do Rio Grande do Sul: não existe política de segurança pública para o Estado do Rio Grande do Sul. O efetivo está completamente defasado, e números ninguém pode contestar. Vou falar aqui da pesquisa que eu fiz, referente à Brigada Militar, mais uma vez: em 1995, 27 mil homens, vejam bem, em 1995. Agora, em 2015, nós temos 21 mil brigadianos. Referente à Polícia Civil: em 1985, 6.200 policiais civis; em 2015, 5.800. Ora, de que forma isso prejudica a população? No atendimento dessas vítimas! A Delegada Rosane, da Delegacia da Mulher, falou que o maior problema é a falta de efetivo, eles têm poucos policiais. Vejam bem, até o ano passado, havia ainda uma parceria com a UNESCO, com estagiários para ajudar; agora, nem isso há mais. A ocorrência conta apenas com dois policiais de plantão no momento. Então, segundo a Delegada, é humanamente impossível que essas pessoas deem conta da demanda, que aumenta assustadoramente.

E vamos para o outro lado, o DML: o Diretor deixou muito claro que o problema dele não é a estrutura daquela sede, e sim a falta de efetivo. Números ninguém pode contestar. Os senhores sabem quando foi feito o último concurso para médico perito? Em 2002. Nós estamos em 2015, e nenhum concurso foi aberto para médicos peritos. O problema da

segurança pública não é deste Governo; é de muitos governos, vem de muitos anos. Nós precisamos entender que a situação é muito grave. Em Porto Alegre, estamos tendo uma taxa de homicídios de 30 por 100 mil habitantes. Nós estamos vendo a violência aumentar assustadoramente, os bandidos tomando conta das ruas, dos bairros. Não tem hora, não tem dia. Isso vem de longa data, vem aumentando gradativamente, e nós estamos assistindo a isso. O Governo Federal não tem política de segurança pública! Nós sabemos disso, senhores.

Outra coisa importante também, não sou advogada, mas venho de uma família de advogados, gosto de debater este assunto: com a legislação que nós temos, não há como ter segurança. É aquele problema: prende aqui, solta ali! Então, o bandido está avançando cada vez mais, sabe que o Parque da Redenção é um local em que pode cometer os crimes que quiser, e a lei possibilita a impunidade, possibilita que os marginais, os bandidos fiquem soltos.

Então, é importante ocupar esta tribuna para falar no Relatório da Comissão de Segurança Urbana, que fez um excelente trabalho, mas, na minha opinião - opinião de quem estuda, de quem se interessa por segurança pública -, é necessário trabalhar a questão de efetivos, profissionais... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Deixo registrado aqui que foi um excelente trabalho da Comissão, embora extremamente triste, porque constatamos lacunas nessa questão tão importante, que é o nosso bem maior, que é a vida. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, mesmo tendo, nas galerias, a presença de segmentos importantes da Cidade, eu quero falar sobre o Centro de Porto Alegre. Estive, hoje de manhã, conversando com o amigo ex-Vereador Luiz Braz. Andei pelo Centro, Ver. Villela, e confesso que me assustei, porque o que mais tem, nas calçadas, é vendedor de cigarros paraguaios, vendedor de remédios, artista de rua, de péssima qualidade – os artistas mesmo estão reclamando dos colegas.

Está completamente sem regulamentação, sem nada! Eu queria pedir para o Prefeito Fortunati e para o Vice-Prefeito Melo chamarem o Secretário da SMIC - Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio, o nosso colega Ver. Dr. Goulart, para que dê um jeito, para que não ponha fora um trabalho que foi feito durante muitos anos. A SMIC está colocando, ralo abaixo, um trabalho que nós demoramos muitos anos para organizar. Não é possível! Está faltando de tudo na Cidade, faltando recursos para tudo! É verdade! O Prefeito e o Vice-Prefeito estão se esforçando ao máximo para atenderem, dentro das suas condições, mas existem algumas coisas para as quais só precisa se ter vontade. Eu não gastei nem R\$ 1,00 a mais do que estava no orçamento, quando estive na Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio, gastei estritamente o orçamento. Fizemos acordo com a Brigada Militar, e tenho certeza de que não gastamos R\$ 1,00 a mais do que se gasta agora. Os funcionários da fiscalização da SMIC são os mesmos, aliás, muito competentes. Está na hora de o Secretário Goulart se mexer, sob pena de jogar fora um trabalho que fizemos durante muitos anos, desde quando o Prefeito Fogaça assumiu, até pouco tempo atrás.

Acho que o Prefeito José Fortunati precisa tomar uma providência quanto a isso. Que chame o Secretário para ver se ele tem condições ou não de fazer; se não tiver condições, que volte aqui para a Câmara. O que não pode é deixar a Cidade desta maneira que está. Em cada porta de comerciante tem um camelô; em cada porta de loja há alguém fazendo barulho, música; gente vendendo cigarro, vendendo de tudo na cidade de Porto Alegre. Não é assim que se faz uma cidade andar, não é assim. Isto não é uma crítica, é um pedido de uma constatação. Todos os segmentos, todos os dias, estão ligando e vindo aqui na Câmara pedindo solução, e eu digo que vou falar. A única maneira que eu tenho é a tribuna para falar sobre esse assunto. É preciso cuidar das pequenas coisas porque elas vão se tornar grandes problemas. E nós não podemos nos entregar para quem gosta de fazer as coisas fora da lei. Isto não é possível. Tenho certeza de que, se o Prefeito conversar com o Comandante do 9º Batalhão, Coronel Vieira, que é esforçado, que trabalha, que vai fazer as coisas, nós vamos resolver esse assunto antes que ele se torne muito grande, que se torne um problema sem solução, como parecia estar antigamente. Quero também dizer, meu amigo Teixeira que também é guia de turismo, o Teixeira é daquelas figuras da Cidade... Permitam os demais guias que eu faça uma homenagem pública a este homem que, há muitos anos, está no aeroporto

com uma cuia de chimarrão, está na rodoviária, está em todos os lugares, está em Brasília, muitas vezes. Já encontrei o Teixeira em todo o Brasil, mostrando a tradição, a cultura, até convidando para fazerem turismo em Porto Alegre. Queria fazer esta homenagem para ti, Teixeira, hoje aqui da tribuna. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Quero fazer o registro da presença do Vereador Jeferson Pires, do Solidariedade. Seja bem-vindo a esta Casa. Também o Ver. José Luiz Meira, do PMDB, ambos de Quaraí.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, guias de turismo, profissionais do Hospital Mãe de Deus, Vereadores de Quaraí que nos visitam; hoje, 13 de maio, no Calendário de Datas Comemorativas de Porto Alegre, é o Dia do Preto Velho. É uma data em que todas as religiões africanas comemoram.

Uso o tempo de Liderança do meu partido para vir reafirmar aquilo que falamos na segunda-feira. Ontem, a Câmara Federal aprovou a Medida Provisória nº 0663/15, esta veio depois da Medida Provisória nº 0665/15, que tirou alguns direitos dos trabalhadores, principalmente dos jovens no primeiro emprego, o seu seguro- desemprego. Antes, o jovem trabalhava seis meses e teria direito de receber o seguro-desemprego; também tirou o direito ao PIS. Hoje devem votar para tirar o direito à pensão. Desde o início, dissemos que esse dinheiro que está sendo tirado é o da Previdência, do Fundo de Garantia, do Fundo de Amparo aos Trabalhadores, era dinheiro para ir para o BNDES. A aprovação da Medida Provisória nº 0663/15 era um aporte de mais de R\$ 50 bilhões para o BNDES. Tiraram mais de R\$ 18 bilhões dos trabalhadores e deram R\$ 50 bilhões para o BNDES! Dizem que esse dinheiro é para a equalização das taxas de juros nas operações de financiamentos contratados em 2015. Novamente, o Governo tira dinheiro dos trabalhadores. Ele propõe mexer nos depósitos compulsórios dos bancos para liberar às construtoras. Mas não é para o Minha Casa, Minha Vida, não é para a construção de moradias, é para as construtoras que estão lá envolvidas no esquema da Lava Jato. Então, nós temos, hoje, mais de oito milhões de pessoas desempregadas. E o Governo pega 15% dos compulsórios para construtoras e um montante de R\$ 452 bilhões para

taxas de juros nas operações financeiras contratadas, no desempenho de 2015. Governo que mantém uma das maiores taxas de juros do mundo; Governo que está, assumidamente, com inflação até o final do ano; Governo que tira direitos dos trabalhadores, quando saca o seguro-desemprego, saca o PIS/PASEP e tira o direito à pensão. E aí, o Governo, com esse montante de dinheiro, ao invés de investir no emprego, na indústria nacional, na geração de emprego, na manutenção dos empregos, joga o dinheiro todo nos bancos que anunciaram – todos eles agora –, no primeiro trimestre, seus ganhos. Só quem ganhou dinheiro foram os bancos, justamente quem mais demite, quem menos contrata trabalhadores, quem mais terceiriza o emprego. Hoje quem mais terceiriza é o banco, porque quem faz o serviço somos nós. O banco nos induz a fazer o serviço. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)...Nós trabalhamos e eles ainda nos cobram juros abusivos; e o Governo tira dinheiro dos trabalhadores, R\$ 18 bilhões, uma fortuna, para dar ao sistema financeiro, para o BNDES.

Então, hoje nós temos um veto importante que gera e mantém uma profissão regulamentada, a profissão dos guias de turismo. E nós vamos discutir esse veto. Com certeza, vamos estar junto com os trabalhadores, guias turísticos. Vamos discutir essa regulamentação, no Município de Porto Alegre, dessa profissão. E vamos continuar discutindo o que o Governo vem fazendo com os trabalhadores brasileiros, principalmente, beneficiando o sistema bancário, beneficiando os banqueiros brasileiros e a especulação. Muito obrigado, Sr. Presidente, com força, fé e esperança nós vamos melhorar a vida dos trabalhadores do Brasil.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, venho, em nome das Bancadas do PT, PSOL e PCdoB, primeiro, para fazer um registro de que sempre defendemos e continuaremos defendendo que este Parlamento tem que ter autonomia e que projetos apresentados, sendo viáveis para a cidade de Porto Alegre e que venham a beneficiá-la, esta Câmara deve manter a sua

postura do que votou e do que aprovou. Portanto, os guias de turismo presentes tenham a certeza de que o nosso voto será pela derrubada do veto – essa será nossa posição.

Queria falar, inclusive saudando o Ver. Idenir Cecchim, que seja bem-vindo ao bloco de oposição, porque a sua fala está corretíssima a respeito da Cidade; e não é só o Centro da Cidade, Ver. Idenir Cecchim, a Cidade em seu todo está abandonada, a sujeira está espalhada por toda a Cidade. Nós aprovamos aqui o Código de Limpeza Urbana, que prometia que, em seis dias, iria retirar os focos de lixo da Cidade. Nós temos mais de 250 focos de lixo espalhados por toda a Cidade. Nós recebemos aqui, há três anos, o programa da restauração das calçadas. As calçadas, além de esburacadas, não apresentam o que também aprovamos aqui, que é o Código Municipal de Acessibilidade, para que as pessoas com deficiência possam se locomover pela Cidade, para que os idosos possam andar sem correr o risco de quebrar um pé devido aos buracos que há no Centro da Cidade.

Nós temos acordo com V. Exa., Ver. Idenir Cecchim; a gestão Fortunati/Melo está cansada, e nós precisamos analisar isso referente aos projetos que foram apresentados, Ver. João Bosco Vaz, entre tantos, nós temos 17 grandes obras que foram anunciadas com recurso do Governo Federal, empréstimos, ou a fundo perdido, com recursos depositados na Caixa Econômica Federal e que não são liberados, porque a Prefeitura não consegue apresentar os projetos para fazer a liberação. E assim está a trincheira da Av. Anita, em que a obra de engenharia não foi capaz de identificar que ali existia uma rocha. Qualquer engenheiro sabe que deve fazer um trabalho de geologia para prospectar, identificar e já calcular o que é necessário fazer – nesse caso, entre outras coisas, a sua explosão. Nada disso foi feito. A obra está paralisada, a empresa desistiu. Quem paga por esses custos da ineficiência? Obviamente que é o contribuinte. Guias turísticos que estão aqui, uma das tristezas que nós temos é quando chega qualquer pessoa de fora em Porto Alegre querendo se locomover pela Cidade, não consegue, porque não existem nas ruas placas indicativas que apontem, que denominem, que nos tragam segurança para que possamos nos locomover com tranquilidade. Mesmo os porto-alegrenses se perdem na própria Cidade pela falta de identificação, imaginem quem vem de fora. E isso, para o turismo, é um ponto, assim como a limpeza, a boa recepção, a identificação da Cidade, as calçadas esburacadas e assim por diante.

Portanto, concluo minha fala em nome das bancadas de oposição, e saúdo o Ver. Cecchim, que é do mesmo partido do Vice-Prefeito, Sebastião Melo, que é da base de sustentação, mas que veio para tribuna trazer uma crítica à falta de gestão da Administração de Porto Alegre – uma Administração que está cansada. Um grande abraço, muito obrigado e boa luta.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum. A fim de entrarmos na Ordem do Dia.(Pausa)

(15h28min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria dos Vereadores Dr. Thiago e Cláudio Janta, ao PLCL nº 031/14.

Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCL nº 031/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro o Requerimento, de autoria dos Vereadores Dr. Thiago, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLL nº 031/14.

Em discussão o PLL nº 110/14, com Veto Total. (Pausa.) O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLL nº 110/14, com Veto Total.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Ver. Mauro Pinheiro, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, este é um momento importante, porque nós estamos discutindo aqui a possibilidade de derrubar um veto, um veto de forma equivocada pelo governo, que tentou nos impressionar na Exposição de Motivos, anexando várias leis. E se formos observar, não há nada que contrarie as leis maiores estabelecidas. Então, Vereadores e Vereadoras, há um equívoco, ou proposital, ou equívoco no sentido do equívoco mesmo, e nós estamos aqui pedindo apoio dos nossos pares Vereadores para a derrubada deste veto.

Este projeto não impõe despesa ao Executivo. Há uma contradição, e alguns colegas – e aí eu quero citar aqui alguns Vereadores, Ver. Idenir Cecchim e outros Vereadores – que já me perguntaram sobre o funcionamento desse trabalho. Segundo o que está circulando aí – e não vem da boca desses Vereadores, mas sempre tem alguém para disseminar alguma informação que possa destoar daquilo que nós estamos propondo – o projeto exige que, no âmbito do Município de Porto Alegre, as excursões tenham que ter o acompanhamento de um guia de turismo. E o guia de turismo não precisa ser do Município de Porto Alegre, senhoras e senhores, porque os guias não são municipais; o regramento, a organização é nacional e regional. Então não há uma questão de um guia de Porto Alegre que pudesse chegar, vamos dizer assim, ali na Entrada da Cidade, e ali fosse preciso trocar o guia. Não pode! Não é isso, por favor!

Eu quero também, antes de mais nada, dizer que esses trabalhadores que aqui estão nos procuraram ainda quando estávamos na administração da Casa – eu como Vice-Presidente, o Ver. Dr. Thiago como Presidente –, e nós encaminhamos esses profissionais ao Ver. Nedel. Ver. Nedel, V. Exa. vai votar conosco esse projeto dos guias? (Pausa.) Ah! O senhor não sabe, mas eu acho interessante que V. Exa., que exerce um papel importante, ainda que não tenha proposto o projeto lá atrás, reveja e nos apoie, porque também nós estamos vendo, Ver. Nedel, que há uma sinalização do Executivo para que a gente possa conversar depois, acertar um outro projeto; não tem problema, faremos isso! Mas hoje, neste momento, vamos lutar pela derrubada do veto, porque não podemos ficar aqui fazendo papel de bobo! Então, vamos trabalhar pela derrubada do veto, estaremos abertos às modificações e apoiaremos o Governo, evidentemente com discussão. Agora, é importante que se diga que o turismo, não só daqui de Porto Alegre, mas de um modo geral, muito se deve aos guias de turismo, na sua preparação, na formação desses guias.

Ontem, nós fizemos uma longa reunião com a representação do Governo, na pessoa do Ver. Kevin Krieger, que está nos apoiando. Até o final dessa votação, esperamos contar com o apoio do Ver. Kevin Krieger, convencê-lo de que o projeto não é nada ofensivo, que pode ser modificado. Vamos derrubar o veto e fazer um outro depois, se for necessário. Não podemos, agora, retirar o projeto e simplesmente pedir para esse povo aqui ir para casa, porque nós vamos tratar desse assunto na semana que vem. Não, não, não! Vamos derrubar o veto e, em o Governo querendo, não precisa nem falar com este

Vereador, com nenhum Vereador daqui, é só mandar outro regramento depois, para atender. Se por ventura houver necessidade, pode emendar, pode alterar a lei. Enfim, nós estamos aqui fazendo um apelo e pedindo o apoio dos nossos Pares, porque o projeto diz, senhoras e senhores, única e exclusivamente, que as *vans*, ônibus com dez ou mais pessoas, têm de ter o acompanhamento de um guia de turismo. Eu já sei, Ver. Waldir Canal, que Vossa Excelência não vota com o projeto, vota pela manutenção do veto, não é? Vossa Excelência vai se manifestar. Então, só para Vossa Excelência saber, uma entidade que representa as *vans* está distribuindo um *e-mail* pedindo para manterem o veto. Nós temos conhecimento e vamos aguardar o seu pronunciamento. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 110/14, com Veto Total.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e a todas, o Ver. Bernardino Vendruscolo traz aqui o tema do turismo, já ilustrou algumas questões. Este é mais um projeto, Ver. Bernardino, que já fez este reconhecimento público, que a Câmara precisa debater, assim como outros temas, como o projeto do Ver. Paulo Brum, que tratava das fraldas descartáveis, em 2013 – naquela época, eu estava na CCJ. Há uma mobilização. Os Vereadores se apropriam dos temas, mas estes projetos podem simplesmente morrer na Comissão de Constituição e Justiça; este projeto dos guias, que estamos analisando aqui e que foi aprovado pela Câmara, foi um dos tantos, que, se não fosse o voto de um membro, não teria passado na CCJ. Naquele caso, foi o meu. Agora, estão lá a Ver.^a Lourdes, o Ver. Maroni e outros Vereadores que podem salvar os projetos, Ver. Janta, para que eles venham para o plenário, para que nós, os 36 Vereadores, tenhamos a possibilidade de discuti-los, entendê-los melhor. Neste caso específico, inclusive, foi aprovado o projeto. Estamos aqui analisando o veto.

Então, estou só fazendo este resgate histórico para pedir que os membros da CCJ tenham esta sensibilidade de não matar os projetos na Comissão de Constituição e Justiça. Falando especificamente do tema, o que os guias estão reivindicando é uma regularização do que já existe nas outras cidades. Há normativa federal sobre o tema; portanto, não estamos aqui falando um absurdo - aquilo que o Ver. Bernardino colocou,

porque, aí, começa a semear falas e ideias que estão totalmente contrárias ao que se reivindica, como esta de que, ao entrar um ônibus de turismo aqui na Cidade, já tem que ter ali na Avenida da Legalidade e da Democracia, por exemplo, uma casinha com guias, para o ônibus poder entrar na Cidade; sem isso, o ônibus não entraria. É uma fala absurda, não tem nenhum sentido. Espero que alguns Vereadores da base do Governo não votem a favor do veto – pelo menos não com este argumento. E, como disse o Ver. Bernardino, que venham aqui, porque muitas vezes o problema é que a base do Governo silencia, e, quando abre o painel de votação, naquele 1 min e 30 seg, vem a resposta. O que queremos aqui é que venham os argumentos. Eu acho que simplesmente dizer que está agendada uma reunião para segunda-feira é muito fácil, é muito simples. Com todo o respeito, é muito simples, porque isso significa que abriam uma conversa, mas abrir uma conversa em que não há um compromisso efetivo em atender uma demanda justa, é conversa para boi dormir, com todo o respeito; digo isso porque já participei. A Prefeitura já me convidou para conversar sobre determinados projetos de lei; fui, até para não ser acusado de não querer conversar, mas foi uma conversa que não adiantou de nada. Eu tinha ali os melhores argumentos para aprovar um projeto nosso que, simplesmente, foi derrubado - silenciado durante muito tempo e derrubado. Então, digo isso para que, primeiro, como diz o Ver. Bernardino Vendruscolo, derrubemos o veto. A discussão é na semana que vem, já deixem agendada a reunião, independente se for aprovado ou não. Se conseguirmos derrubar o veto; bom, está marcada a reunião, vamos continuar conversando, porque a conversa não vai terminar nunca. Mas não utilizar a conversa como pretexto para derrubar um projeto de lei que tramita há praticamente dois anos na Casa; portanto, já teria tempo suficiente de ser discutido. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLL nº 110/14, com Veto Total.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Caros colegas, muito boa tarde. Eu não poderia deixar de vir aqui me solidarizar com o Ver. Bernardino Vendruscolo e com todos os nossos guias de turismo que estão no plenário, para a nossa alegria, honrando-nos com suas presenças. Vocês é que são os responsáveis por apresentar a nossa Cidade aos seus

visitantes; vocês é que são o cartão de visita de Porto Alegre. E, infelizmente, tenho achado que a Administração está cansada. O Ver. Brasinha saberia nos dizer há quantos dias a atual gestão está no Governo? Ver. Professor Garcia, penso que lá se vão dez anos da atual Administração, e eu acho que o fôlego está se esgotando. A Prefeitura não tem conseguido se abrir para iniciativas, para ideias. E aqui nós estamos falando exatamente de valorizar aqueles que vão receber os visitantes de Porto Alegre. Todos nós adoramos viajar. E vamos, quando temos a oportunidade, com a família, à Nova Iorque, à Madri, à Barcelona - lá somos recepcionados por guias de turismo. Não tem jeito; são guias registrados, controlados pela Prefeitura do Município, que sabe a importância do turismo. Uma cidade que não consegue enxergar a importância do guia de turismo é porque não enxerga a importância do turismo. E uma cidade que não enxerga a importância do turismo é uma cidade fechada, é uma cidade atrasada - não era essa a característica de Porto Alegre. Eu lembro dos dias em que tivemos mais de 100 mil visitantes em Porto Alegre.

Porto Alegre perdeu a Copa das Confederações - é importante lembrar que a Prefeitura perdeu a Copa das Confederações, mas, graças à Copa do Mundo, nós praticamente dobramos o número de quartos nos hotéis da nossa Cidade. Mas a Cidade parece que não tem sido a Prefeitura, Prefeito Fortunati, e o Vice-Prefeito terceirizado, Prefeito terceirizado da Cidade, Sebastião Melo - espero que ele receba todos os direitos trabalhistas por estar exercendo a Prefeitura de fato. O Prefeito Sebastião Melo, terceirizado, não tem conseguido atrair seminários, eventos para a Cidade; hoje, Porto Alegre perdeu para Curitiba, perdeu para Florianópolis. E nós éramos, há dez anos, o líder na Região Sul em grandes eventos. Isso é uma cidade que vai se perdendo, vai se fechando, o que é uma pena.

Esse projeto do Ver. Bernardino nada mais do que fazia justiça com vocês. Nada mais do que estruturava uma política para o guia de turismo. Infelizmente, o trator, porque nós temos um trator aqui... É bom, sempre gostamos que venham categorias aqui, as mais diversas, a pluralidade da Cidade assistir como a atual gestão é feita: sem diálogo, de portas fechadas, tratorando. Ver. Bernardino, V. Exa. que, na semana passada e na outra, se dedicou tanto a projetos do Governo, agora está vendo como é bom o trator, quando ele passa por cima da gente; aí dói. Isso é importante para que os colegas saibam que vários vetos têm acontecido com os Vereadores que não são do núcleo duro do poder da

Cidade, aqueles que não estão na salinha fechada com o prefeito terceirizado. E é uma pena. Quem perde não é o Ver. Bernardino; é a Cidade de Porto Alegre. Não são nem só os guias de turismo; é a Cidade de como um todo que perde de não enxergar a importância de bem receber os seus turistas e de bem tratar os seus guias de turismo. Parabéns pela mobilização de vocês; contem com toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores, e que a nossa Cidade não perca o fôlego e possa se abrir para todos os visitantes. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para discutir o PLL nº 110/14, com Veto Total.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde, Ver. Professor Garcia, já me manifestei quanto à questão do guia de turismo na Liderança da base do Governo, mas eu queria aproveitar, Ver. Bosco, para dar uma informação ao Ver. Alberto, que falou que tem um trator nesta Casa: talvez o Ver. Alberto não tenha acompanhado esta semana de negociação, neste plenário. Na segunda-feira, nós votamos um projeto do Previmpa e construímos, junto com a oposição, emendas para aperfeiçoá-lo. Agora mesmo, nesta tarde, o Ver. Prof. Alex e a Ver.^a Jussara Cony, do PCdoB, nos procuraram para discutir uma emenda ao projeto do Hospital Mãe de Deus. O Ver. Carlos Casartelli, do PTB, que conhece a área, sentou com os Vereadores da oposição e construíram, juntos, uma emenda para melhorar e qualificar o projeto, inclusive com o próprio Hospital Mãe de Deus. Eu acho que isso não é um trator, Ver. Alberto.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. KEVIN KRIEGER: A maioria vence e a maioria tem sentado, conversado, discutido e construído. Nem sempre vamos conseguir fazer isso, nem sempre, mas, nesta semana, já é a segunda vez. Então, vamos acompanhar o plenário.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte?

O SR. KEVIN KRIEGER: Ver. Bernardino, lhe cedo um aparte com a maior satisfação.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: Vereador, eu não posso deixar de reconhecer o seu esforço para que nós pudéssemos tentar uma composição nesse sentido, mas eu vou fazer um apelo ao senhor: vamos manter o que está, vamos derrubar o veto e, depois, fazemos as alterações, até por questão de garantia. Nós precisamos de uma segurança, Vereador. Nós chegamos até aqui, mas faço um apelo para derrubarmos o veto e, depois, construirmos, se for necessário, evidentemente, outro projeto. O próprio Executivo pode construir um projeto maior que não conseguimos enxergar, mas os senhores enxergam, e nós respeitamos. Agora, faço-lhe um apelo: vamos manter o projeto.

O SR. KEVIN KRIEGER: Ver. Bernardino, tenho o maior respeito pela sua pessoa, um dos Vereadores que mais trabalha por esta Cidade, mas infelizmente não vou poder aceitar esse apelo, e faço eu um apelo para o senhor: acredite na gente, acredite que, a partir de segunda-feira, vários Vereadores da base do Governo estarão ao seu lado, indo junto ao Secretário de Turismo, Luiz Fernando Moraes, para buscar uma solução onde possamos escutar todos os lados dos guias de turismo, como escutei ontem, e também poderemos escutar as outras partes. Mas o mais importante é que nós, a partir da segunda-feira, ou a partir de hoje mesmo, estaremos lado a lado com vocês, junto ao Governo Municipal, buscando a solução para vocês. Ninguém é contra vocês, podem ter certeza disso.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. KEVIN KRIEGER: Então, Ver. Bernardino, da mesma forma que o senhor me fez um apelo, retorno esse apelo a sua pessoa: esteja conosco na segunda-feira. O Ver. Marcelo Sgarbossa veio à tribuna e disse que seria um pretexto para derrubarmos o veto; não é pretexto, não, Bosco, é palavra que, juntos, iremos lá construir, Cecchim, um projeto de lei que não tenha vício jurídico e, sim, para que possamos valorizar o guia de turismo. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLL nº 110/14, com Veto Total.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; os profissionais de turismo, homens e mulheres que estão aqui e nos honram com as suas presenças. Honram-nos cada vez que os profissionais, a população vem aqui na busca de seus direitos, de encaminhamentos que são importantes à cidade de Porto Alegre, ao Estado e ao País. Creio que tenho um bom exemplo a dizer, nesta tribuna, de como encaro o Turismo, que foi o significado do trabalho realizado pela nossa companheira Abgail Pereira, do PCdoB, como Secretária de Turismo do Estado do Governo Tarso. A Abgail, exatamente pelo projeto que defendíamos, teve um trabalho importante. E nós nos referenciamos nessa área de Turismo, sob o ponto de vista dos aspectos que o turismo nos permite. E é importante que sejam ditos aqui: é o desenvolvimento econômico; é o desenvolvimento social; são as nossas tradições; é a nossa cultura em todas as áreas, inclusive literatura; são as belezas do nosso Estado; as belezas de Porto Alegre; os encantos que nós não podemos perder, mesmo nas dificuldades objetivas. E, para mim, o Turismo contribui, inclusive, para uma educação libertária, porque ele mostra a verdadeira história, os locais históricos, a geografia também como um fator ligado à história de libertação da educação de um povo. Então, nós temos essa concepção do turismo.

É uma profissão regulamentada. E a nossa categoria – eu sou farmacêutica – levou mais de 50 anos para regulamentar a nossa profissão. Sabemos como é lutar pela regulamentação. Foi em 1993 que vocês a regulamentaram. Só que existe muita luta antes disso para entendê-la como uma profissão regulamentada. Eu acho que o Ver. Bernardino traz esse projeto – aliás, foi aprovado nesta Casa por maioria, isso é importante dizer! – para garantir exatamente o campo de trabalho ao seu legítimo profissional. É importante que nós possamos derrubar o veto e garantir o projeto, porque Porto Alegre é uma cidade de referência mundial! E os profissionais de Turismo dinamizam a Cidade, e dinamizam o desenvolvimento do Estado. O Turismo sem os guias e as guias, para mim, é como uma farmácia sem farmacêutico! Nós precisamos deles para o atendimento à população, e conseguimos, agora, depois de muita luta, a farmácia ser entendida como estabelecimento de saúde, e lá estamos nós, farmacêuticos. Então, eu olho para a minha profissão e o que ela significa para a população, e acho que o

turismo sem o guia é como uma farmácia sem farmacêutico. (Palmas.) É disso que se trata. Nós somos a favor, como a maioria da Casa, a esse projeto. Portanto, somos contra o veto; nós estamos aqui com uma categoria profissional. Turismo é educação, é cultura, é desenvolvimento econômico e social, é dinamização das relações humanas, tão deterioradas nessa etapa de muita luta de classe no mundo inteiro, onde o capitalismo não resolve as mazelas que ele mesmo cria. Turismo, para mim, é uma dinâmica, inclusive, na política, na dimensão do que o povo merece a partir das relações humanas. Então, não temos como mudar a nossa, o nosso voto! E aí é uma questão de coerência também. Então, a Bancada do PCdoB é contra o veto.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a votação do PLL nº 110/14, com Veto Total.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu acho que o Governo teve um prazo muito longo para discutir essa matéria. Por que deixou que essa matéria fosse votada? Por que deixou essa matéria ser aprovada na Casa, cumprindo os seus trâmites aqui na Casa, nas Comissões? E essa matéria foi aprovada! Agora, Porto Alegre tem a mania de ser mais realista que o rei. Essa é a dificuldade das coisas se estabelecerem nesta Cidade! Há horas em que nós queremos ser mais realistas que o rei! Se essa lei existe em Florianópolis, em Natal, em Maceió, em João Pessoa, no Rio de Janeiro, em Petrópolis. “Oh! São todas cidades turísticas.” Mas Porto Alegre está se transformando em cidade turística. Mas essa lei existe em Bagé, na Barra do Ribeiro! Por que nós temos que ser maiores do que qualquer outra cidade? Por que nós temos que permitir que coordenadores entrem nos ônibus? Nós não estamos falando como se quiséssemos criar o efeito Gre-Nal, o efeito Maragato e Chimango, as lendas urbanas. Nós não estamos dizendo aqui que nenhum guia que venha lá de Bagé, chega aqui e tem que desembarcar do ônibus. Nós estamos dizendo ao contrário: que todos os ônibus que entram na cidade de Porto Alegre têm que ter um profissional qualificado, credenciado, reconhecido – uma pessoa que se profissionalizou, uma pessoa que é qualificada para estar ali dentro daquele ônibus. Não é uma pessoa que reúne um monte de gente, vai lá e vende um pacotinho e sai num ônibus, irresponsavelmente, nem sabendo onde ficam as

coisas dentro desta Cidade; nem sabe onde fica o passeio para o qual está levando as pessoas. Uma pessoa que foi para um curso, estudou e se preparou para exercer essa profissão - é isso que nós estamos querendo dizer.

Então, que o Governo tenha a grandeza de derrubar esse veto e depois aperfeiçoe a lei, aperfeiçoe, chame o Ver. Bernardino, chame a entidade de classe e aperfeiçoe a lei. Agora, essa lei cumpriu todos os trâmites aqui dentro desta Casa, e tudo foi tratado com desdém. Desdém, desdém, deixa rolar. O Ver. Alberto mesmo deu o depoimento aqui que foi uma coisa assim: deixa rolar, rolou. E, agora, qual é o interesse que está por trás de não permitir que se tenha oficializada essa profissão, que os ônibus entrem na nossa Cidade com uma categoria reconhecida, entrem na nossa Cidade com os guias realmente reconhecidos? Ou vamos continuar com os coordenadores? E quando houver um acidente, quem vai responder por isso? Quando houver um acidente, quem vai responder por isso? Quando nós tivermos crianças perdidas na nossa Cidade, quem vai responder por isso? Quando nós tivermos um grupo de terceira idade perdido, quem vai responder por isso? Eu acho que nós temos que ter, sim, guias responsáveis dentro dos ônibus. Nós temos que ter, sim, guias responsáveis que saibam o que estão fazendo, o que estão falando, para não dizerem besteira; para não dizerem inverdades; para não venderem uma Cidade que não existe; para não apresentarem o Beira-Rio como estádio de Porto Alegre; para não apresentarem a Arena como o estádio da Cidade; para dizerem as verdades; para não apresentarem a nossa orla do Guaíba como se fosse uma orla qualquer; para dizerem a história da nossa Usina do Gasômetro; para dizerem a nossa história do Parque da Redenção; para dizerem a nossa história do Parque Moinhos de Vento; a história da nossa Zona Sul e do nosso Morro do Osso; para dizerem a história da nossa Cidade e do nosso arroio Dilúvio; para dizerem a história de Porto Alegre para as pessoas que aqui vêm, ou que aqui estejam.

Acho que o projeto do Ver. Bernardino, que sofreu tanto descaso, merece ter o veto derrubado. A nossa Bancada vai votar pela derrubada do veto, e pelo reconhecimento da regulamentação dessa profissão, que lutou tanto para que isso ocorresse.

Com muita força, fé, e esperança, esperamos a derrubada desse veto, e que a profissão de vocês seja reconhecida. E que a cidade de Porto Alegre não seja uma ilha isolada do restante das cidades que têm essa lei aprovada, e que funciona muito bem. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLL 110/14, com Veto Total, por cedência deste Vereador.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, primeiro, agradecer ao Ver. Mauro pela cedência do tempo. Eu resolvi voltar à tribuna para, primeiro, estabelecer o nosso sentimento. O nosso sentimento é de que a Secretaria de Turismo nunca teve vontade de resolver esse problema. Nunca!

Ver. Nedel, encarecidamente, agora estou sabendo que V. Exa. não vai votar com o projeto, então, vai um capítulo só para o senhor. Lá, quando fui Vice-Presidente, e o Dr. Thiago o Presidente, nós recebemos essas lideranças, e eu encaminhei, porque o senhor preside a Frente Parlamentar do Turismo, então, cumprimento-o pelo trabalho que desenvolve, mas que V. Exa. fizesse, encaminhasse, propusesse, e V. Exa. silenciou.

Mais complexo ainda, ou difícil para eu entender, é que agora - e eu tenho admiração por V. Exa., quando a gente sai daqui, a gente se abraça, nós não brigamos -, temos que deixar as coisas claras, não podemos sair abraçando o mundo, mas quando somos chamados à responsabilidade, não podemos recuar. Nós temos que assumir as nossas posições. Assumir! E V. Exa. assume!

Só que, hoje, vamos deixar claro aqui, porque não está bem claro isso: então, V. Exa. não se interessou pelo projeto, a Secretaria também não se interessou, por isso que chegamos onde chegamos. Agora, então, Ver. Nedel, V. Exa., em 29 de dezembro de 2014, encaminha um projeto que trata de turismo aqui em Porto Alegre, que basicamente diz o seguinte: no seu projeto que altera a lei, a Lei nº 8.133, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, define, no seu entendimento, as questões de turismo em Porto Alegre, e lá V. Exa. vai alterar dizendo - parte do seu projeto todo - que são turísticos os serviços de transporte de passageiro para fins de passeio, excursões, translados e outras programações turísticas executadas por meio de transporte rodoviário, ferroviário, aquaviário ou aeroaviário, podendo ser disponibilizado à população por ente público ou privado. Vossa Excelência não colocou os guias, só se preocupou com o empresariado, vamos deixar bem claro isso. Se não for assim, se não for esse o entendimento eu gostaria que V. Exa. viesse à tribuna, e dissesse: “Ver. Bernardino o senhor está equivocado”. Porque no seu projeto, no qual eu coloco uma emenda, porque essa história

não termina aqui, não. Não! Nós andamos para frente, nós não andamos de ré! Independente do que acontecer doravante, Vereador, eu volto a frisar, estarei aberto, nós todos vamos estar abertos a uma composição, mas nós também teremos, lá no seu projeto, se for necessário, mais um outro embate, porque eu coloco no seu projeto uma emenda ao & 6º, que diz o seguinte: para a realização de passeios turísticos definidos, no & 5º do Inciso V, do artigo 14, no âmbito do Município de Porto Alegre, deverá ser contratado um guia local de turismo, habilitado, cadastrado, credenciado no Ministério do Turismo, CADASTUR, ou outro órgão delegado que exerça atividade de acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos em translados, visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais, especializados. Ver. Nedel, como V. Exa. preside a Frente Parlamentar do Turismo e recebeu o encaminhamento da direção desta Casa lá, quando nós éramos Vice-Presidente, e V. Exa. acabou por um motivo ou outro, ofertando ou não propondo projeto, ou encaminhamento absoluto nenhum, no sentido de valorizar esses profissionais, que são profissionais que fazem cursos de duração de dois anos. Então, senhores e senhoras, nós precisamos esgotar aqui todos os nossos recursos em defesa de uma profissão. Como é que nós permitimos as entidades que fazem cursos, fazerem cursos e mais cursos, se nós não trazemos nada que lhes deem condições de exercerem, efetivamente, a sua profissão? Fica o convite aqui, Vereador, para que digam que eu, Ver. Bernardino, estou equivocado. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 110/14, com Veto Total.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, este debate ilustra o que tem acontecido na cidade de Porto Alegre. Vir aqui, aos 47 minutos do segundo tempo, dizer que existe diálogo, no mínimo, é uma desconsideração a tudo o que já foi feito. Quando se quer dialogar, quando se apresenta um tema, abre-se uma discussão com antecedência, inclusive, para ajustar os entendimentos no que está proposto. Não dá para deixar um processo ser apresentado, passar por todas as Comissões, vir à discussão, ser votado, aprovado e, depois, vetado, dizendo que se quer diálogo. Diálogo ainda sobre o quê? Sobre o tema do turismo. O turismo, no mundo, é

uma das grandes molas propulsoras da economia, é a indústria sem chaminé, é aquela que traz conhecimentos, pessoas e negócios para incluir na economia da comuna da Cidade.

O que está se propondo aqui, independente dos ajustes que poderiam ter sido feitos, é um tema que tem que ser considerado, neste momento, como de grande relevância para a cidade de Porto Alegre. Nós queremos que a Cidade seja vista pelo mundo como uma Cidade de qualidade e de referência, temos que lutar para isso. E, aqui, o reconhecimento do trabalho dos guias de turismo, nada mais é do que buscar um ajuste da qualificação do tema do turismo. Primeiro, as pessoas que estão se envolvendo com esse tema sejam qualificadas, para isso, já tem toda uma regulamentação. Aqui está a Portaria de 30 de janeiro de 2014, a última que saiu e tratou sobre o tema da regulamentação dos guias de turismo para o Brasil. Se o Brasil já fez isso, por que Porto Alegre não pode se adequar a essa legislação? Ver. João Carlos Nedel, Presidente da Frente Parlamentar do Turismo, certamente, o senhor virá defender essa política da implantação da qualificação dos guias de turismo em Porto Alegre. A Cidade carece da qualificação da sua urbanidade para receber os visitantes, mas ela não carece da qualidade da mão de obra e da cidadania que trabalha com o turismo. Portanto, envolve aproximadamente 300, 400 guias de turismo em Porto Alegre, aproximadamente 900 no Rio Grande do Sul. E se contarmos todas as agências, são mais de 10 mil pessoas que trabalham com o turismo em Porto Alegre. Nós colocaremos o turismo entre as atividades que podem ajudar a qualificar a nossa Cidade, colocaremos o turismo entre as atividades que deveriam ser a referência de trabalho, porque a nossa Cidade é de serviços, e o turismo nada mais é do que um segmento de serviços que tem que atender bem os nossos visitantes, que tem que apresentar bem a Cidade, tem que ter qualificação. Temos que reconhecer, potencializar e cobrar responsabilidade dos guias de turismo, para que isso possa ser uma qualificação da nossa Cidade.

Concluo, dizendo que não poderemos aceitar este veto; primeiro, porque houve tempo para o diálogo, agora é hora de realizar. Viva o turismo em Porto Alegre e no Brasil!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo, ao PLCL nº 002/13.

Aprego o Requerimento de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCL nº 002/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Bernardino Vendruscolo, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLCL nº 002/13.

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLL nº 110/14, com Veto Total.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, caros guias de turismo que se encontram aqui presentes, caro Ver. Bernardino Vendruscolo, eu venho a esta tribuna, Vereador, simplesmente, basicamente, para ratificar o meu posicionamento do dia 4 de março de 2015, sobre a completa necessidade da regulamentação profissional de vocês. Isso é uma necessidade. A Cidade precisa disso. Se Porto Alegre, efetivamente, quer se tornar um polo turístico... Porto Alegre, hoje, por exemplo, na área da saúde, já tem um *cluster* natural próximo ao riacho Ipiranga, nós temos um *cluster* de saúde nessa região, um polo importante de saúde, e a Porto Alegre podem acorrer muitas pessoas não só deste Estado, mas também do País, por ter excelência no atendimento. Se Porto Alegre quer se transformar em polo turístico, realmente precisa regulamentar e dar condições de algumas profissões, como a de vocês, de poderem exercer a sua atividade de forma regular e, sem dúvida nenhuma, estimuladas na cidade de Porto Alegre.

Então, Ver. Bernardino, eu venho aqui ratificar a minha manifestação do dia 4 de março de 2015, favorável ao projeto. Já tinha colocado isso anteriormente. Vossa Excelência protocolou o projeto, exatamente, no dia 24 de abril de 2014, portanto há mais de um ano, e, Ver. Bernardino, eu sou testemunha de que V. Exa. trabalhou essa matéria desde o ano de 2013. Essa categoria profissional procurou a Direção desta Casa, e V. Exa. foi designado. Eu lembro, eu pedi que V. Exa. tratasse dessa matéria, por ter relação direta com esse processo. Então, eu quero ratificar todos estes posicionamentos e dizer que não vejo nenhuma inconstitucionalidade ou ilegalidade na proposição dessa matéria, ela está colocada dentro das atribuições específicas do Município, não vejo que traga qualquer espécie de ônus ao Poder Executivo. Portanto, vou me manifestar, novamente, favorável ao seu projeto. Parabéns!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLL nº 110/14, com Veto Total.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Vereadoras e Vereadores, é indiscutível a boa intenção do Ver. Bernardino Vendruscolo com referência a este projeto. É indiscutível também o mérito dos guias de turismo, a sua importância no desenvolvimento do turismo. Isso ninguém é contra, todo mundo reconhece. Quero agradecer ao Ver. Bernardino Vendruscolo pela deferência em fazer um discurso praticamente para a minha pessoa, quero agradecer a sua gentileza.

Eu defendo e luto pelo turismo em Porto Alegre há muito tempo, no entanto, existe imensa legislação federal a respeito. Então, os guias de turismo estão amparados em lei federal. Precisamos é da fiscalização das leis federais, que existem em abundância, em detalhes. E os nossos guias já estão cumprindo a legislação totalmente, o que falta é fiscalização. Quem é o responsável pela fiscalização? É a Secretaria Estadual do Turismo, através do Cadastur. Temos que lutar junto a eles para implantar uma fiscalização adequada.

Senhoras e senhores, as razões do veto são muito claras e foram aprovadas pela totalidade da Comissão de Justiça pela inconstitucionalidade do projeto – pela totalidade! Eu não acredito que a totalidade dos componentes da Comissão de Justiça daria um parecer equivocado, eu não acredito! Então, contraria as previsões da legislação federal e viola competências constitucionais. O conteúdo normativo da proposição é de competência privativa da União. Considerando que há legislação federal tratando da matéria, não há qualquer possibilidade de edição de uma lei municipal, porque nós somos incompetentes para legislar avançando a lei federal. Então, leis federais já disciplinam a Política Nacional de Turismo e a regulamentação da profissão de guia de turismo.

Está marcado já para o nosso Líder do Governo, Ver. Kevin Krieger, uma reunião com os guias de turismo, segunda-feira, às 14h, com o Sr. Secretário Municipal do Turismo, Luiz Fernando Moraes, eu estarei lá juntamente com vocês.

(Manifestações nas galerias.)

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, eu agradeço a gentileza em me ceder um aparte. Agora, eu vou fazer uma observação à sua fala: nós temos hierarquias de leis e de procedimentos – federal, estadual, municipal. Eu não vou tratar somente da Secretaria do Turismo, eu vou lhe dizer o seguinte: não há um órgão no Governo Municipal, não há uma Secretaria que não tenha também competência fiscalizadora, Vereador. Por favor!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Então, eu quero terminar justamente dizendo que nós vamos articular junto aos poderes municipais a regulamentação, a implantação de um sistema de fiscalização adequado à profissão do guia turístico. Mas este projeto é inconstitucional, ilegal e fere frontalmente a legislação federal. Esses amigos que estão falando alto, eu tenho certeza de que eles vão estar comigo, na segunda-feira, para reivindicar, adequadamente, a fiscalização dessa brilhante profissão tão importante para a nossa Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal o PLL nº 110/14, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 11 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**. Mantido o Veto Total.

Em discussão o PLCL nº 031/14. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCL nº 031/14.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, integrantes do Grupo Hospitalar Mãe de Deus, Ver. Márcio Bins Ely, subimos à tribuna para, primeiro, resgatar uma discussão que foi feita na reunião de Mesa e Lideranças, que, para nós, parece fundamental.

Toda vez que um projeto que aumentava índices para os hospitais tramitava na Câmara de Vereadores, tramitava junto com a ampliação de índices para outros casos: *shoppings*, grandes comércios, etc. E nós sempre fizemos uma discussão de que estava sendo feita

uma alteração no Plano Diretor e que deveria haver um debate com a Cidade nos casos da grande especulação imobiliária. Vocês sabem muito bem, a nossa posição sempre foi contrária, mas nós achamos que é muito meritório discutir quando se trata de equipamentos públicos e de equipamentos de saúde, como é o caso.

Nós, fazendo esta discussão, resgatamos e discutimos como foi a questão do Hospital de Clínicas. Havia uma alteração de Regime Urbanístico, em função do patrimônio tombado e, também, de muitas árvores bonitas que compunham o cenário do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, que, em função da ampliação, foram, algumas transplantadas e outras compensadas. Embora tenha sempre a questão ambiental – e nós temos esta preocupação permanente – , é para causas nobres e para ampliar o atendimento na saúde pública e na saúde de um modo geral, como no caso do Hospital de Clínicas. Houve uma audiência pública na Câmara e nós, então, fizemos a votação do projeto. O Ver. Márcio pediu a votação em regime de urgência, e, por isso, nós, eu e o Ver. Alex Fraga, apresentamos uma emenda que propunha que as contrapartidas do Grupo Hospitalar Mãe de Deus fossem dadas, nos mesmos valores que seriam pagos para a construção desse novo índice construtivo em oferta de leitos SUS, o que, para nós, é importante: ampliar o atendimento de SUS e garantir uma melhor rede de atenção à população da nossa Cidade. Nós sabemos que um dos grandes gargalos é a saúde, um dos grandes problemas. Estamos vendo problemas em todas as esferas da Atenção Básica nos hospitais.

O Ver. Alex e a Ver.^a Jussara Cony tiveram uma conversa com todas as Lideranças, com todos os Vereadores, e a emenda está sendo assinada por quase todos os Vereadores, quase todas as Bancadas. Queremos agradecer desta tribuna pelas assinaturas e, ao mesmo tempo, parabenizar pelo trabalho de articulação do meu novo colega, Ver. Professor Alex, que já está articulando uma conquista para a Cidade. Porque na medida em que a gente amplia os leitos SUS, que a gente amplia os atendimentos SUS, como contrapartida de uma ampliação necessária do hospital, nós estamos qualificando e melhorando a rede de atendimento em saúde pública. E nós, como Vereadores que sempre fiscalizamos, estivemos, hoje, na paralisação dos municipais ouvindo a reclamação das péssimas condições de trabalho daqueles que trabalham no Hospital de Pronto Socorro, dos que trabalham no HPV. Inclusive, recebi agora a emenda de autoria dos Vereadores Dr. Thiago e Cláudio Janta, que trata dos equipamentos hospitalares.

Estávamos falando da importância dos equipamentos, dessa questão da gravidade das condições de trabalho que hoje enfrentam os trabalhadores da rede municipal e da rede estadual. Nós precisamos garantir a ampliação dos recursos, e, sobretudo, que venha, Ver. Casartelli – que ajudou muito na articulação da emenda também -, Ver. Kevin Krieger – Líder do Governo -, o projeto criando os cargos de técnico em enfermagem para suprir a demanda de mais de 300 profissionais que existe apenas entre Hospital Presidente Vargas e o Hospital de Pronto Socorro. Quando se faz discussão de saúde é importante resgatar todas as bandeiras que dizem respeito aos trabalhadores e ao povo de Porto Alegre, que precisa da ampliação do atendimento, da ampliação da rede de assistência, da rede de urgência e emergência, da ampliação do número de leitos e também da melhoria das condições de trabalho. Nesse sentido, foi construída essa emenda e articulada por vários Vereadores. Eu queria trazer esse informe à tribuna.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLCL nº 031/14.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Presidente Mauro Pinheiro, na pessoa de V. Exa. cumprimento os Vereadores, as Vereadoras e o público que nos assiste das galerias, pela TVCâmara e, em especial, a representação aqui do Hospital Mãe de Deus, que vem atentamente acompanhar não só a aprovação deste projeto de lei, que vem sendo construído a oito, a dez mãos. E quero lembrar aos Vereadores, às Vereadoras e às bancadas que esse projeto foi protocolado ainda no final do ano passado, então ele vem de um amadurecimento nesta Casa. Quero também fazer o registro de que o Ver. Pablo Mendes Ribeiro foi o relator na CCJ e construiu aquele parecer junto ao entendimento da Procuradoria da Câmara pela inexistência de óbice à tramitação, pois se trata de um projeto de lei complementar, é uma proposta de alteração do Plano Diretor, portanto, de competência também de iniciativa do Poder Legislativo. O Ver. Airto Ferronato foi o relator das Comissões Conjuntas, fez um parecer pela aprovação desse projeto nessa construção de análise das comissões afins ao tema e ao assunto.

As preocupações durante esse debate e essa discussão foram apontadas por alguns Vereadores. O Ver. Cláudio Janta me perguntou quantos leitos tinham sido oportunizados

em função não só desse projeto, mas, na Copa do Mundo, sabemos que o hospital referência, até pela proximidade com o Beira-Rio, foi o Mãe de Deus, em que foram consignados 200 leitos.

Foram construídas, pelo Ver. Prof. Alex e pelo Ver. Dr. Thiago, duas emendas no sentido também de oportunizar, a partir de contrapartidas, uma priorização nos leitos SUS, oportunizando alguns equipamentos que, porventura, quando da sua redistribuição, possam ser acomodados em hospitais da rede pública do Município que eu considero importantes. Quero construir com os Vereadores, porque as emendas estão destacadas, mas até há uma ambiência, entendo eu, no sentido de fazermos uma aprovação dessas emendas conjuntas; vamos aprovar conjuntamente – acho que há um entendimento de aprovação. A gente tem algum apontamento de algum Vereador discordante, mas acho que se o entendimento da maioria for no sentido de aprovarmos, podemos votar em bloco, Ver. Ferronato, e fazer essa aprovação o quanto antes, para podermos dar essa confirmação ao hospital de que este Legislativo entende as razões que motivaram esse movimento no sentido de regularizar o que ali está sendo feito. Aliás, a ouro e fio, como se diz, na régua, as construções, aprovações, desde a época em que fui Secretário do Planejamento com o arquiteto Cassiano e a equipe. Todos nós somos sabedores das dificuldades que o nosso Município, nosso Estado e nossa Nação enfrentam na área da Saúde, como é importante que nós também possamos aqui fazer gestos e organizar iniciativas que respaldem a qualificação na área da saúde na nossa Cidade. Eu daria o exemplo, Ver. Nereu, aquela questão que envolveu o Hospital de Clínicas, Ver. Bosco, em que seria necessário cortar algumas árvores, enfim, houve uma polêmica. Mas como na bandeira da saúde o benefício coletivo seria muito maior, então se fez uma análise, colocou-se na balança os prós e contras e pesou mais a importância, a relevância que representavam os investimentos, os aportes, a qualificação e a oportunidade de que a saúde realmente receba uma atenção e um respaldo deste Legislativo nas suas iniciativas. Aqui temos mais uma iniciativa de nossa autoria, mas ela tem a compreensão e o apoio dos Vereadores Paulo Brum e Ver. Delegado Cleiton, de todos os outros Vereadores e demais bancadas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que pudéssemos chegar hoje, aqui, com o projeto bem encaminhado, bem elaborado, bem discutido e com o indicativo de que, provavelmente, tenhamos uma aprovação por unanimidade na Casa, o que também representa muito e é também muito significativo.

É nesse sentido que faço esse encaminhamento e, mais uma vez, registro a presença do corpo do Mãe de Deus acompanhando a nossa Sessão, o que nos honra muito, e tenho certeza de que hoje devemos sair com uma boa notícia não só para o Hospital, mas também para a comunidade porto-alegrense e para a sociedade de um modo geral. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLCL nº 031/14.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu venho a esta tribuna, com a responsabilidade de um bom par de anos, para discutir o projeto originário do Ver. Márcio Bins Ely, com emendas – participamos mais ativamente na construção da primeira emenda. Eu venho de um processo de anos da reforma sanitária neste País; eu era Presidente da Associação dos Farmacêuticos Químicos, na década de 1970, no momento da reforma sanitária na busca da construção do SUS – agora estamos na 15ª Conferência Nacional de Saúde.

Quero dizer que o Sistema Único de Saúde é sempre um processo em construção, e que construtores do SUS são todos aqueles que participam do processo, sejamos nós trabalhadores, gestores ou parceiros dos gestores. A iniciativa do Ver. Márcio Bins Ely foi até a uma reunião das lideranças desta Casa. Na reunião de Líderes e Mesa, trabalhamos, naquele momento, com a direção e com os representantes do Mãe de Deus, algumas questões que consideramos importantes exatamente para o subsídio à votação da temática que, neste momento, está acontecendo. Nós temos que o Sistema único de Saúde é um dever do Estado, portanto ele é de natureza pública. A própria Constituição, em 1986, conseguiu garantir que “saúde, dever do Estado é direito de todos”. Resgato aqui a natureza pública com a complementaridade de outros setores, que também está na Constituição, o setor privado e o setor filantrópico – os senhores são do setor filantrópico.

Nós estamos aqui garantindo uma lei que está de acordo com os princípios básicos nacionais do Sistema Único de Saúde, a filantropia como complementaridade. Esta contrapartida a Câmara Municipal vai votar agora, a concessão de alteração do Regime

Urbanístico, e, naturalmente, uma articulação política ampla feita aqui da contrapartida para o SUS em função dessa concessão, o que é justo, o que é direito e o que é importante para aprofundar essas relações da construção do Sistema Único de Saúde.

Quero resgatar um pouco a história. A Fernanda já veio na tribuna; essa Emenda nº 01 é de origem do PSOL, e procuramos, como PCdoB, para que pudéssemos fazer uma articulação para a emenda que ampliasse para toda a Câmara Municipal. Fomos procurar imediatamente o Ver. Casartelli, que é uma referência nesse sentido, das relações, inclusive, do Mãe de Deus com Porto Alegre, porque foi Secretário de Saúde. Nós então conseguimos construir pontos importantes em defesa da emenda e do projeto, construímos com os senhores também, com base muito nas informações que tivemos a partir da conversa com o Casartelli e com o Líder do Governo, Kevin Krieger. O Mãe de Deus atende os Caps, a rede hospitalar em torno da saúde mental com uma relação importante com o Hospital Espírita, e também o grupo atua na região metropolitana em alguns hospitais, não só na atenção de Caps, mas também na internação hospitalar, o que desafoga Porto Alegre. Portanto, é muito importante isso. Fui dirigente do Hospital Conceição, sei bem o que é essa relação. Então, nesse sentido, é uma ampliação da ação da emenda. E eu quero destacar aqui a relação que se fez de emenda originária da oposição: fomos construir com o Líder do Governo e com o Casartelli – já referenciei aqui –, e chegamos, então, a essa conclusão de que é uma emenda que é importante para a Cidade. E mostramos, então, que a oposição toda, nessa construção – os companheiros do PT também entraram junto com a Liderança do Governo e com essa participação importante do Casartelli –, busca nesta Casa, sim, em questões estratégicas, o melhor para a cidade de Porto Alegre. E eu acho que este é o momento importante, de que relações políticas se fazem em benefício da cidade de Porto Alegre. Não são concessões, são relações políticas com contrapartidas, para garantir o avanço ainda mais à saúde de Porto Alegre. Então, acho que essa contrapartida do Grupo Hospitalar Mãe de Deus, num valor equivalente em relação à concessão da alteração, vai beneficiar o Sistema Único de Saúde. A nossa bancada vota favoravelmente às emendas e destaca essa articulação política feita nesse sentido, dizendo que, muitas vezes, nesta Casa, a presença daqueles que demandam proporciona uma relação política num nível importante para o povo de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Carlos Casartelli está com a palavra para discutir o PLCL nº 031/14.

O SR. CARLOS CASARTELLI: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, com relação a este projeto que vai para votação, que dá esse benefício para o Hospital Mãe de Deus, é importante a construção que se fez aqui para a sua aprovação, porque é um benefício que, na verdade, é para a área da saúde. O sistema de saúde e mesmo o setor privado da saúde são setores que precisam crescer, que precisam atender às pessoas da nossa Cidade, do nosso Estado e, muitas vezes, até de fora do Estado, porque há várias áreas da saúde em que Porto Alegre é referência para o País inteiro.

O Mãe de Deus é uma instituição que realmente presta grandes serviços. E eu subo à tribuna para falar um pouco do que a Ver.^a Jussara já colocou, que é a importância que o Hospital Mãe de Deus tem no sistema de saúde do nosso Estado. As pessoas que moram em Porto Alegre não têm essa ideia do quanto o Hospital Mãe de Deus, o Sistema Saúde Mãe de Deus faz de filantropia. Em Porto Alegre tem o hospital base, que é aqui em Porto Alegre, o Hospital Mãe de Deus, mas tem o Centro de Atendimento Psicossocial em parceria com Município de Porto Alegre, aliás, com excelente serviço. Não há nenhuma dúvida sobre a qualidade dos serviços dos Caps, que são da Secretaria da Saúde, em parceria com o Sistema Mãe de Deus. Mas isso parece pouco, as pessoas não têm conhecimento dessa área de atendimento do Sistema de Saúde Mãe de Deus. Então, é importante que todos saibam que o Hospital Mãe de Deus presta filantropia muito acima - atende a legislação da filantropia - daquilo que é preconizado. Um hospital hoje, para ser filantrópico, precisa fazer com que 60% dos seus leitos sejam destinados ao Sistema Único de Saúde. E o Hospital Mãe de Deus, no conjunto dos estabelecimentos que tem no Estado, tem muito mais, em torno de 70%, se não me engano, dos seus leitos oferecidos ao Sistema Único de Saúde. Então, quando pensamos em saúde, nós temos que pensar, como Capital do Estado, não apenas a nossa Capital, mas no Estado do Rio Grande do Sul. Então, por isso, defendo que se aprove esse projeto, que o Hospital Mãe de Deus consiga fazer o crescimento necessário, porque o Sistema Único de Saúde precisa crescer, para que eles possam dar um atendimento mais qualificado, com emergências hospitalares menos lotadas, com menos pacientes vindo do Interior para

Porto Alegre. E o Hospital Mãe de Deus ajuda nesse processo com os vários hospitais, com vários estabelecimentos que há fora da Capital. Então, pela aprovação, nós construímos esse projeto – não estou aqui votando por todos, mas se não houver unanimidade, imagino que seja quase unanimidade na votação. E isso vai beneficiar o Sistema Único de Saúde do nosso Estado. Então, estou aqui me manifestando pela aprovação do projeto, agradecendo a presença do pessoal do Hospital Mãe de Deus, que é um grande parceiro do Município e da Secretaria Municipal da Saúde, que tem inclusive, Unidade de Atenção Básica, em parceria com o Município - estão presentes dentro de Porto Alegre. O nosso desejo é que eles consigam aumentar mais ainda a sua participação no atendimento à saúde. Muito obrigado, Vereadores e Vereadoras, e pessoal que está nas galerias.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL nº 031/14.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero cumprimentar os representantes e a Direção do Sistema de Saúde Mãe de Deus e dizer que nós temos a maior admiração, o respeito pelo trabalho, pelo impacto social desse complexo, porque eu sou muito usuária do centro de saúde lá da 3ª Perimetral; então, conheço muito o atendimento e também faço exames no Hospital Mãe de Deus pelo IPE, o nosso instituto de previdência.

Então, os convênios são tão importantes, acessíveis ou que tornam acessíveis a saúde para o conjunto dos funcionários estaduais e outros tantos funcionários, e, no caso do IPE, de uma maneira bastante rápida - eu quero aqui, em primeiro lugar, dizer isso, Ver. Carlos Casartelli -, porque tenho ouvido muitas queixas de plano de saúde e tenho dito que, pelo IPE, junto aos hospitais com os quais trabalha - o Hospital Mãe de Deus é exemplo disso -, nunca fiquei sem rapidamente conseguir encaminhar todas as nossas questões familiares.

Em segundo lugar, quero dizer que também concordamos e gostamos de tratar de maneira diferenciada hospitais de outros empreendimentos, porque nós já vivemos aqui outros momentos, com justificativa da Copa e disso e daquilo, se emenda e se abre a

varrer índices construtivos. Explico, inclusive, para quem, pela primeira vez, nos ouve aqui: nós defendemos muito que esse índice construtivo, em Porto Alegre e nas Cidades que têm tantos problemas urbanos, é uma riqueza na mão do gestor, uma riqueza da população, a venda, ampliação do índice construtivo acima do que prevê o Plano Diretor. Inclusive, o Estatuto da Cidade fala na outorga onerosa de construir.

Então, em princípio, o índice construtivo é pago. O Município induz ao desenvolvimento, pode fazer políticas de equalização, de harmonização, de solução de problemas na Cidade, como nós sonhamos, Ver. Prof. Alex Fraga, que o Pontal do Estaleiro seja trocado por índice construtivo, para que ele seja devolvido à população, ou que os bens inventariados, que é uma polêmica que veio para esta Casa, por não poderem construir, possam vender o seu índice construtivo e isso fazer a preservação do patrimônio cultural da nossa Cidade, da nossa ambiência. Então, nós construímos juntos, apoiamos a emenda em relação ao fortalecimento do SUS, também através do sistema Mãe de Deus, mas estamos propondo dialogar sobre uma outra emenda, porque nós conhecemos o entorno do Mãe de Deus - na Rua José de Alencar - e do Centro Clínico. Acho que hospital deve ser estar muito insatisfeito com o sistema de trânsito ao redor. Dia desses, eu tentava sair de lá e achei um absurdo: as ruas estão mal direcionadas inclusive, mas há um impacto muito grande ao redor.

Acho que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, diante de um novo projeto, diante desta ampliação, deve fazer um estudo, deve exigir um estudo de impacto ambiental. Nós entendemos que tem que haver medidas mitigadoras no trânsito, reordenadoras, revitalizadoras naquele lugar. Hoje já é muito complicado lá, Ver. Nedel, em especial, atrás do Hospital Mãe de Deus, no Centro Clínico e nas quadras ao redor.

Então, a nossa emenda é no sentido de que o Estudo de Impacto Ambiental verifique as necessárias mitigações do impacto que essa ampliação de índice construtivo, que não é onerosa, vai causar, e que essas mitigações sejam construídas com o sistema de saúde Mãe de Deus.

Nós achamos que assim se trabalha de uma forma mais harmoniosa, que tem que ampliar o sistema de saúde, tem que ampliar o hospital, com a sua competência, com a sua excelência. Nós precisamos cuidar do impacto disso tudo na Cidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCL nº 031/14.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, hoje temos uma assistência qualificada aqui, muito qualificada. Estamos tratando de um assunto importante e qualificado também: a saúde, Ver. Casartelli. Eu vi que todos nós somos a favor que se construam mais leitos, que se dê mais condições. Eu conheci uma irmã do Hospital Mãe de Deus, Ver. Nedel, a Irmã Seganfredo, que era de David Canabarro, lá no começo, agora me parece que ela está em Caxias, se não me engano. Então, o Hospital Mãe de Deus foi feito com muita dedicação, muita vontade de acertar. É uma instituição privada, mas que presta muito serviço de interesse público.

Eu vi uma emenda do Ver. Dr. Thiago, obrigando o Hospital a fazer doação dos aparelhos que serão trocados para hospitais do Município. A nossa Bancada do PMDB – eu, o Ver. Professor Garcia e Ver.^a Lourdes Sprenger – está acrescentando à emenda somente uma palavra: preferencialmente, para que não seja uma obrigatoriedade, para instituição privada, quando for se desfazer de algum equipamento, passar para um hospital ou para outro hospital, mas vá lá que não sirva para esse hospital ou para o outro hospital, e sirva para outro! Então, acho que nós estamos sanando esse problema com a nossa subemenda aqui da Bancada do PMDB. Nós estamos precisando de tudo na área da saúde, de tudo que se possa aproveitar, e estaremos aproveitando com esse aumento da área construída. Nós temos reclamações lá do Hospital, muitas vezes, porque lá atende Unimed – eu mesmo tenho Unimed. Mas tem reclamação de superlotação, pois o hospital está precisando ampliar, contratar gente.

Eu espero que essa votação que nós estamos fazendo aqui hoje, que não é de oposição ou de situação – é uma votação de toda a Câmara –, sirva para melhorar o serviço, mesmo que seja serviço particular, mas que melhore esse serviço, com a ampliação do hospital, com a ampliação de contratação, podendo contratar mais médicos, mais enfermeiros, mais técnicos de enfermagem, mais serviços. Que toda a população possa aproveitar, quando precisar, Ver.^a Lourdes, porque, às vezes, a população precisa e não consegue chegar ao atendimento de tanta gente que tem. O nosso sistema de saúde não está dando conta de tantas pessoas que precisam ser atendidas. Mas faço questão de dizer que, se estamos dando ao hospital a possibilidade de ampliar, também tem uma

emenda colocada, de autoria da Ver.^a Fernanda e do Ver. Prof. Alex, que pede uma contrapartida para quem precisa do SUS. Eu acho que, depois, se acerta o que pode ser feito; o importante é que a gente possa autorizar e que o hospital dê em troca para a Cidade. Eu acho que assim fica bom para todos, e isso faz com que os Vereadores votem e com que o hospital cumpra o seu papel social, mesmo sendo uma entidade privada. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLCL nº 031/14.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero cumprimentar as autoridades que aqui representam o Hospital Mãe de Deus, cumprimentar o Ver. Márcio, proponente, e os Vereadores que já apresentaram emendas, também, no sentido de aprimorar o projeto.

Quero dizer, Ver. Dr. Thiago – V. Exa. que, assim como o Ver. Carlos Casartelli e como o Ver. Mario Manfro, é médico –, que nós, evidentemente, temos que apoiar essas ações, e eu passo a me questionar, porque acho que nós, há alguns anos, tínhamos mais hospitais do que temos hoje. Claro que alguns foram ampliados e tal, mas já há a sinalização de que nós precisamos apoiar esse setor. Eu já ouvi falar muito sobre as questões até mesmo do turismo médico, no sentido de que muitas pessoas vêm do Interior do Estado para a Capital.

Eu vou fazer um comentário, aqui, especialmente à Irmã Jacira, apesar de ela dizer que não foi ela, e vou contar, rapidamente, uma passagem minha pelo hospital. Em um determinado momento, em 2005 ou 2006, quando eu já era Vereador desta Casa, acabei tendo um problema de coluna cervical, sendo que quem descobriu que o problema era de coluna cervical foi o nosso saudoso Vice-Prefeito Eliseu Santos, depois de eu consultar com vários médicos, ele me disse que o meu problema era da coluna cervical, eu tinha tonturas; enfim, acabei ficando no Hospital Mãe de Deus uma semana. Sou meio rebelde e não estava me acertando com aquelas comidas e, claro, discretamente, encomendei mais de uma vez umas frutas. Em um daqueles dias, o Ervino Besson foi me visitar. Quem o conheceu sabe que, depois do almoço, ele descansava no gabinete. Eu entrei no

banheiro e, quando saí, tinha uma enfermeira fazendo a rotina, acordando o Ervino pensando que ele era o paciente! Logo em seguida, como eu havia encomendado umas goiabas que têm o cheiro forte e elas ficaram no corredor, deu uma certa confusão. E a Irmã me disse: “Não me leves a mal, mas aqui tens que respeitar a comida do Hospital e isso está nos gerando um desconforto!” Naquela oportunidade, Irmã, não tive condições de pedir compreensão, mas agora eu lhe peço! Parabéns! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLCL nº 031/14.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Sr. Presidente, caros colegas, de forma breve, mas não posso deixar de registrar os meus cumprimentos ao Ver. Márcio Bins Ely, que nos trouxe essa proposta meritória, bem como a todos os gestores do Sistema Mãe de Deus. Dialogava com os colegas que independente de todas as demais discussões que temos na Casa sobre o modelo de gestão da saúde, e já tive a oportunidade de visitar os Caps AD e pude lá verificar a qualidade dos serviços prestados. Faço questão de registrar, porque somos acostumados, tanto o sistema de saúde, quanto na área política, na imprensa, a só receber críticas, mas é muito importante que se falem os elogios, a qualidade que o Hospital tem, e com certeza é um elemento muito positivo para todo sistema de saúde do Município. É uma instituição âncora que eleva a qualidade da nossa saúde, mais uma das instituições, dentro desse *cluster* da saúde que o Dr. Thiago fez referência. E eu, como filho de um médico, Dr. Abraão Winogron, não poderia deixar de transmitir o seu abraço e os cumprimentos - ele me cobrou por *e-mail* - e também transmitir o nosso apoio. Claro que essa discussão da ampliação dos índices é delicada. Mas no caso da saúde, há uma compreensão, obviamente, muito especial. Transmito aqui os meus cumprimentos pela qualidade do serviço prestado. Nós sabemos que em outros Estados em que existem essas parcerias, muitas vezes, as cidades acabam nas mãos de instituições que são um verdadeiro terror para os cidadãos. E aqui na Cidade e em outras cidades – eu conheço a realidade de Canoas, com o Prefeito Jairo Jorge -, eu sei que essa parceria é desenvolvida com absoluta qualidade. Trago o meu abraço e meus

cumprimentos por toda essa história de trabalho pela Cidade e pelas pessoas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLCL nº 031/14.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente; membros diretivos do Hospital Mãe de Deus, hospital em que fui membro do corpo clínico. Eu me sinto muito à vontade em falar na questão, tanto do SUS, Ver. Mario Manfro, quanto dessa interface do SUS com o sistema privado, que, sem dúvida nenhuma, deve se complementar ao SUS. Somente o SUS, sem a complementariedade do setor privado, nós teríamos muita dificuldade.

A emenda vem, exatamente, nesse sentido. Quando nós discutimos aqui a questão do Hospital de Clínicas e discutimos com muita propriedade a questão da liberação da área, do corte das árvores, para que se pudesse ampliar em três vezes o Hospital de Clínicas, nós não fizemos nenhuma emenda direcionando esses processos. No dia de hoje, eu me arrependo disso. O Hospital de Clínicas trocou todo o equipamento de foco do seu bloco cirúrgico, sem dúvida alguma, um equipamento bom, novo e moderno, mas ele trocou por um ultramoderno. E esse equipamento bom agora vai para o *site* do Hospital de Clínicas para ser difundido, liberado para toda a rede: quem se cadastrar no *site* do Hospital de Clínicas, por exemplo, um hospital do Interior, vai receber esse equipamento. Diferentemente disso, agora, é a ideia de fechar um pouco esse processo, que todo o equipamento que por ventura o Hospital Mãe de Deus se desfça possa ser oferecido para os hospitais municipais, principalmente para o Hospital Presidente Vargas e Hospital de Pronto Socorro. Se naquele momento nós tivéssemos feito uma emenda nesse sentido, certamente, nós teríamos podido ampliar - nas situações em que fossem necessárias, em que as direções dos hospitais e a Secretaria Municipal de Saúde entendessem como necessárias - e melhorar os serviços de Porto Alegre. É óbvio que equipamentos obsoletos, estragados nem serão oferecidos pelo Hospital Mãe de Deus, nem serão aceitos pela Secretaria da Saúde. Essa é uma obviedade oceânica! Eu falo com um pouco de veemência porque, em determinado momento, foi suscitado isso, mas certamente foi uma brincadeira. Mas é importante que se diga que, se nós tivéssemos

feito isso naquele momento, nós poderíamos ter tido esses equipamentos – que estão hoje à disposição, os hospitais podem se cadastrar pelo *site* do Hospital de Clínicas, mas há toda uma burocracia atinente, sem privilegiar e sem orientar essa doação para uma instituição específica –, principalmente aqueles de interesse dos nossos hospitais, poderíamos tê-los à disposição dos nossos hospitais.

Portanto, é uma emenda que é muito boa para o Hospital Mãe de Deus, para a cidade de Porto Alegre, para os nossos hospitais municipais e, principalmente, para a Câmara de Vereadores e para a população de Porto Alegre, que é o mais importante para a assistência, para qualificar mais ainda a assistência à saúde de Porto Alegre. Então, são equipamentos que, muitas vezes, podem fazer falta aos nossos hospitais e, por isso, sem dúvida nenhuma, com a construção coletiva, principalmente de parte da direção do Hospital Mãe de Deus, eu acho que é uma importante contribuição, não que esse Vereador, mas que a Câmara pode dar ao projeto do Ver. Márcio Bins Ely.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo a Emenda nº 03, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon e outros Vereadores, ao PLCL nº 031/14.

Apregoo o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLCL nº 031/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.)

O Sr. Reginaldo Pujol: Presidente, eu vou anunciar o meu voto, então, dizendo que eu voto contrário ao Requerimento que pede a dispensa de envio às Comissões, porque eu acho que essa Emenda liquida com o projeto, pelo menos, o procrastina por um tempo indeterminado. E isso implica em contrariedade do projeto, por isso acho que as Comissões se debruçaram sobre isso, e protela muito mais ainda, por isso eu acho mais fácil esperar que as Comissões deliberem sobre isso, digam se é correto ou não do que simplesmente colocar em votação e eventualmente aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com o voto contrário do Ver. Reginaldo Pujol.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 03 ao PLCL nº 031/14.

Aprego a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, à Emenda nº 02 ao PLCL nº 031/14.

Aprego o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLCL nº 031/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Subemenda nº 02, de autoria dos Vereadores Dr. Thiago, Carlos Casartelli, Bernardino Vendruscolo e Cláudio Janta, à Emenda nº 02 ao PLCL nº 031/14.

Aprego o Requerimento de autoria dos Vereadores Dr. Thiago, Carlos Casartelli, Bernardino Vendruscolo e Cláudio Janta, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 02 à Emenda nº 02 ao PLCL nº 031/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLCL nº 031/14.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público que nos assiste, Direção do Hospital Mãe de Deus, primeiro, eu quero parabenizar o Ver. Márcio Bins Ely, mas, ao mesmo tempo, confesso uma preocupação: este projeto é de iniciativa de Vereador, ele não é um projeto do Executivo. E qual é a minha preocupação? É que é um projeto pelo qual, na realidade, o Executivo abre mão de índice construtivo. O Líder do Governo não está aqui. Pode que este seja mais um daqueles projetos que se vota e depois é vetado pelo Prefeito, criando constrangimentos aqui na base. Então, acho importante nós acertarmos e apararmos essa aresta, porque, pelas manifestações, é um projeto que vai ser aprovado por unanimidade. É importante construir isso para que não ocorra esse constrangimento. Até porque, se nós formos falar em índice construtivo, para a construção civil, por exemplo, índice construtivo é ouro, é objeto de desejo, vamos dizer assim. Mas nós estamos tratando de saúde, e é por isso que há o entendimento – e eu estou vendo pelas diversas falas – de que nós temos de aprovar, sim, o projeto.

Lembro que – acho que faz mais ou menos uns 15 anos, não é, Irmã Jacira? – tivemos inúmeras reuniões na época, com o Prefeito Municipal, quando era do Partido dos

Trabalhadores. Lembro que o hospital queria fazer uma passarela – não me lembro se era no quarto ou quinto andar – na parte de trás do hospital. E a Irmã é testemunha de que o Partido dos Trabalhadores não deixava. Porque, na teoria – é uma questão de conceito, eu acredito –, o espaço aéreo até o infinito era propriedade do Partido dos Trabalhadores, porque ia passar...

(Aparte antirregimental.)

O SR. PROFESSOR GARCIA: Não, Vereador, eu o provoco de propósito, tenho uma intencionalidade. O espaço da passarela era sobre a rua, e a rua é de domínio público, conseqüentemente, partindo do princípio da verticalidade, toda ela tinha...

Lembro que, em Porto Alegre, a passarela da PUC era a única. Lembro também do Padre José Luiz, do Colégio João Francisco, que também queria fazer uma passarela, mas era algo inadmissível pelos valores e não dimensionava a função social. Hoje, aqui próximo, foi feita uma passarela para o *shopping*. Então, são situações novas de conceitos, mas é importante colocar isso.

Então, eu vejo que este projeto tem todo o mérito, vai ajudar e muito, e o Hospital Mãe de Deus não tem como crescer sem isso. É uma área com uma densidade enorme, e só assim será possível. A minha única preocupação é esta: se tem o aval do Executivo. Muitos podem dizer que não precisa. Realmente, nós, como Vereadores, temos esta autonomia de votar aqui. É que, muitas vezes, não há a necessidade – estou falando de forma clara, faço parte da base do Governo – de haver um constrangimento. Eu só tenho que louvar a iniciativa e dizer que isso vai ajudar e muito.

Quanto à emenda da Bancada do PT, ela é meritória, mas, como já é uma obra existente, tu fazer um impacto... Tu vais fazer sobre o todo. E aí é para dificultar, ou vai se tornar uma emenda enorme.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. PROFESSOR GARCIA: Vereadora, a ampliação está dentro de uma contextualização existente hoje. Ninguém vai inventar a roda. É verdade. É verdade, mas

é o que se diz que vai ser ampliado. Já vou antecipar que votarei contra a emenda. Isso faz parte da dialética, V. Exa. me conhece pelas posições que tomo.

Quero mais uma vez parabenizar e dizer que é uma bela iniciativa, e quem vai lucrar com isso não é o Hospital Mãe de Deus, mas, sim, a sociedade porto-alegrense, a sociedade gaúcha. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCL nº 031/14.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Inicialmente, cumprimentando novamente os que estão aqui nos ouvindo, o Ver. Professor Garcia retoma um tema que eu acho que não contribui tanto para este debate tão importante que estamos fazendo agora.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Creio que a fala do Ver. Professor Garcia foi muito desrespeitosa com o PT e com a Administração Popular. Quero deixar claro que sempre tivemos muito zelo, podemos ter tido erros também, com esse instrumento que é o solo criado, ao qual o Ver. Professor Garcia se referia. O Esporte Clube São José – Zequinha - teve que reformar a Creche Asa Branca como contrapartida à ampliação da sua arquibancada, que se sobrepunha à calçada da rua. Era assim que tratávamos do interesse público. Acho muito complicado o Professor Garcia dizer que era do PT. Não. É Estatuto das Cidades, é Plano Diretor, é ser sério. O que aconteceu com o Grêmio Foot-ball Porto Alegrense, que nós votamos contrariamente? Porque nenhuma contrapartida foi amarrada. E vejam o impacto que vai ter no fluxo ao redor do antigo Estádio Olímpico, que será colocado abaixo e vai ter 19 torres. Eu quero ver como é que nos vamos lidar, na Cidade, com recursos, para poder suportar esse impacto. E isso foi aprovado nesta Casa, sem nenhuma contrapartida amarrada, diferente da nossa posição, pois queremos ser sérios com a cidade de Porto Alegre.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: O Ver. Professor Garcia falou da possibilidade de um constrangimento, depois de o projeto ser aprovado. Quando tratamos da questão da

saúde, logicamente temos dificuldades, sabemos o quanto é necessária a ampliação do número de leitos, o fortalecimento do sistema de saúde, que deveria ser também preventivo e não apenas para tratar do doente. Vou repetir, aqui, o que falamos na reunião de Líderes, da qual participou a Direção do Hospital, que está aqui presente: sentimos muita falta de duas situações, a primeira é entender qual é a política do Município para essa situação e para outros casos, de outros hospitais, de outros estabelecimentos que também podem vir reivindicar um tratamento igualitário, de forma justa. Quando o Ver. Professor Garcia vem aqui e diz que esse é um projeto de um Vereador, que pode ser meritório, mas não partiu do Executivo, está a dizer que poderá acontecer a seguinte situação: aprovaremos, e o Executivo o vetará. Por isso era importante o Executivo ter tido a iniciativa e explicar para os Vereadores qual é a política para o Município. Essa é a primeira questão.

A segunda, importante, é a questão local que a Ver.^a Sofia fala, da emenda que protocolamos. Há duas formas de se planejar, quando se pensa no impacto sobre uma região da Cidade. Uma é fazer como, infelizmente, não tenho conhecimento diferente, está se fazendo aqui: está se votando a ampliação, remodelação, reestruturação, enfim, como a gente chamar, do Hospital. Mas e a comunidade local? Eu confesso que, no mínimo, não escutei ninguém do Menino Deus e do entorno a favor nem contra, e eu tenho receio que depois que começarem as obras – alguém falou aqui que já estão em andamento, parece estranho –, na medida em que a obra efetivamente começar, aí vem a insurgência. Na Administração pública, inclusive, há uma sigla, DAD (Decido, Anuncio e Defendo) – é uma síndrome! –, que é quando o administrador público decide, anuncia, mas quando começa a obra, a comunidade se revolta. Aí, em vez de ser uma coisa positiva, inclusive para aqueles moradores locais, se torna um lugar de conflito. Temos preocupação, devemos votar a favor, as emendas estão aí para provar, mas como seria importante que tivesse uma discussão prévia, inclusive com os pontos de vista contrários, principalmente da comunidade local. Nós não percebemos isso, percebemos uma aceleração do projeto que agora chega aqui. E isso, de uma certa forma, nos constrange para votar a favor, mas preocupados com a repercussão negativa que pode surgir para a comunidade, porque essa não é a primeira vez que essa situação acontece. Tivemos já, na questão da ampliação do Hospital de Clínicas, uma situação semelhante, ou seja, chegou aqui, estava no colo da Câmara Municipal decidir se o Hospital de Clínicas seria

ampliado ou não. Votamos praticamente todos Vereadores a favor, houve apenas uma abstenção, mas conheço pessoas que já se mudaram dali, porque o impacto se torna mais um polo gerador de trânsito. Nós, aqui da tribuna, questionávamos a direção do Hospital de Clínicas sobre se outras alternativas não foram pensadas, como um ônibus pendular, para trazer os funcionários do Hospital de Clínicas, e não incentivar, como foi o caso, estacionamento para os próprios funcionários do Hospital. Acho que, se nós não pensarmos de maneira diferente, logo estará tudo mais congestionado do que já está hoje.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Quero registrar a presença do nosso Vice-Prefeito Sebastião Melo, a Mesa está à disposição.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLCL nº 031/14.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 02 à Emenda nº 02 ao PLCL nº 031/14.

O Sr. Professor Garcia (Requerimento): Sr. Presidente, devido à alta relevância da matéria, e por estar presente aqui o Vice-Prefeito, acredito que essa matéria não foi acordada suficientemente, então, estou solicitando o adiamento por duas Sessões, da referida matéria.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Professor Garcia. (Pausa.) O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Professor Garcia.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, é uma movimentação que me deixou espantado, Vice-Prefeito Sebastião Melo, porque o projeto é de autoria de um Vereador da base do Governo. Foi pedida urgência para esse projeto, nós todos concordamos e o projeto foi apressado. O que houve de diferente? Nós precisamos saber. O que aconteceu? Qual foi a novidade? Então, Presidente, nós precisamos saber, porque nós podíamos estar discutindo outro projeto hoje. Então eu pediria ao Ver.

Professor Garcia que ele desse, minimamente, uma justificativa, porque senão fica uma coisa no ar, não dá para entender. Estamos aqui na Casa, no plenário, precisamos saber o que houve. Os Vereadores estão todos dando acordo aqui. A não ser que V. Exas. estivessem esperando que a maioria viesse a não votar favoravelmente. Aí é diferente. Como nós estamos vendo que os Vereadores estão propostos a votar favoravelmente, aí vem o encaminhamento surpresa. Ué, o que houve? É regimental? É, mas nós temos o direito de saber o que houve. O que aconteceu? Há necessidade de explicar aos Vereadores aqui. Aqui não temos 36 postes; aqui temos 36 Vereadores. Claro que merecemos uma explicação. O encaminhamento é regimental, tem que ser respeitado. Agora, nós também precisamos saber o que é que houve. Não sei se o Ver. Idenir Cecchim vai nos esclarecer, não sei se o Ver. Garcia, mas eu peço que alguém da base do Governo nos diga. Não vamos nos opor aos encaminhamentos, mas precisamos saber o que houve. Volto a dizer: aqui não temos 36 postes; aqui temos 36 Vereadores. Então solicito, encarecidamente, que nos digam, minimamente, o porquê do pedido de adiamento.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento do Ver. Professor Garcia.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, só para responder ao Ver. Bernardino, que estava animado nesta tribuna. O responsável provavelmente pelo adiamento é V. Exa., porque o senhor insistiu, no primeiro projeto, que eu precisava discutir antes que houvesse veto. Como há alguma dúvida, nós seguimos o seu conselho, de que se discutisse mais. Então, a resposta ao que o senhor pediu, está consigo mesmo. O senhor pediu que o Governo acertasse todas as pontas para depois não vetar e constranger os Vereadores. Acho que estamos fazendo exatamente isso, e estamos aqui para agradecer o conselho que o senhor nos deu para que não votássemos nada sem discutir. Então acho que respondemos isso. Entendemos que devemos atender o Requerimento do Ver. Professor Garcia e votar daqui a duas Sessões. Feito esse esclarecimento, não resta mais dúvida de que o assunto é muito

importante, mas deve ser bem arredondado para que não tenha que vir o Hospital todo aqui novamente para, quem sabe, discutir um veto que não se tratou hoje, foi minimamente discutido. Agora, com toda a boa vontade, quero dizer isto: é uma boa vontade para que não tenha nada que desvie logo ali na frente e não se possa fazer essa obra. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Bernardino Vendruscolo: Presidente, eu agora entendi, só lamento que tenham chegado a essa conclusão a esta hora da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar o Requerimento de autoria do Ver. Professor Garcia.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Caros colegas, quero, antes de mais nada, pedir desculpas para os gestores do Hospital. Tudo vinha num ambiente de tranquilidade, de serenidade, de construção, mesmo sendo um assunto delicado, porque estamos tratando, não deixa de ser, uma forma de patrimônio público. Estávamos aqui colocando de lado as diferenças que temos, que são legítimas da democracia, quando assistimos aqui, como que a um raio, o Município, a Prefeitura, a Administração baixando aqui e interferindo de uma maneira que eu, pessoalmente, nos meus dois anos e quatro meses de mandato, não tinha visto ainda. Não sei se lastimo que tenha ocorrido, Ver.^a Jussara, depois de tanto esforço – como a senhora nos relatou, que nos representou procurando melhorar o projeto, adequar o projeto – de diálogo. Agora, vemos uma intervenção nunca vista aqui do Sr. Vice-Prefeito, a quem eu agradeço muito a visita a esta Casa, é sempre muito bem-vindo, mas espero que não seja mais para derrubar projeto de Vereador. Fiquei preocupado, porque a presença dele gerou um rebuliço, e os Vereadores, em sequência, pediram a retirada desse projeto. Entristece-me que, depois dessa construção aqui, o Sr. Vice-Prefeito tenha, me parece, causado uma deslegitimação da sua própria base, do Líder do PDT, inclusive, que é o partido do Prefeito – não sei se o Prefeito tem que se licenciar do PDT ou o PDT tem que se licenciar do Prefeito. Então, lastimo este ambiente; nós estávamos abrindo mão de divergências para construir um ambiente e há essa situação que nos deixa aqui preocupados. É um conjunto de vários projetos dos

pág. 54

Vereadores que têm sido derrubados. Assistimos a um anteriormente, e de forma alguma a culpa é do Ver. Bernardino; muito pelo contrário, o Ver. Bernardino é uma vítima de mais uma... Nem sei como chamar essa atitude da gestão municipal, porque me parece que, mesmo quando a sua base consegue criar seu ambiente de diálogo, a Administração Municipal não quer que se estabeleça o debate, o diálogo com tranquilidade; é sempre de uma forma bastante confusa, e nos assusta que a Cidade esteja sendo administrada dessa forma tão atabalhoada, para dizer o mínimo. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A Sra. Jussara Cony: Há nesta Casa uma tramitação do Prometa, desarquivado por nós, que é um projeto de lei do ex-Vereador Sebastião Melo, hoje Vice-Prefeito. Ontem, tive uma audiência com o Vice-Prefeito, quando ele ligou para o Ver. Mauro Pinheiro solicitando uma vinda a esta Casa para tratar do projeto Prometa – quero deixar isso claro aqui. Eu não sei, aí só o Líder do Governo, porque nós trabalhamos numa relação política à altura do que merece o povo de Porto Alegre. O Vice-Prefeito está vindo aqui por uma solicitação em relação ao projeto do Prometa. V. Exa. assumiu chamá-lo em momento oportuno, não sei se tem alguma relação com o projeto que estamos discutindo aqui, quero deixar isso claro. O Líder do Governo pode responder.

O Sr. Kevin Krieger: Eu sei, não há relação entre a vinda do Vice-Prefeito aqui e o projeto que estamos discutindo e irá ou não à votação, conforme o requerimento. Ele veio para falar do projeto do Prometa.

O Sr. Idenir Cecchim: Feito o registro, eu só gostaria de saber se o Ver. Alberto entendeu, porque ele disse que o Vice-Prefeito veio aqui e acabou com a votação, e não foi isso. Se o Ver. Alberto entendeu, está encerrado o assunto.

O Sr. Alberto Kopittke: Peço licença ao Ver. Reginaldo Pujol, que assume a tribuna; quero agradecer o esclarecimento de que não foi uma pauta negativa que trouxe o Vice-Prefeito à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Professor Garcia.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós não podemos ser incoerentes; a Casa não pode ser incoerente. Há pouco, o único voto contrário foi da minha autoria, entendendo que as emendas deveriam ir às Comissões. Na busca da celeridade do projeto, a maioria entendeu que não fossem ouvidas as Comissões. Agora, pede-se adiamento por duas Sessões para esclarecer? Não, Sr. Presidente, ou uma coisa ou outra.

Eu, com relação ao projeto, me encontro devidamente esclarecido. Há muito tempo, eu já disse que vou votar a favor, e com relação às emendas, porque não estou esclarecido com relação a elas, a tendência é que eu vote contra. E quero votar no dia de hoje, aqui e agora. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de sua autoria.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a presença do Vice-Prefeito realmente foi uma coincidência; coincidência até, inclusive, com a minha fala. Então, só fiquei preocupado que hoje foi colocado do Hospital de Clínicas. O Hospital de Clínicas é de iniciativa do Executivo, e veio para cá com um aumento de índice. Os Vereadores têm iniciativa para fazer o que quiserem, assim como o Prefeito também tem, para o que quiser: veta ou não veta.

Isso faz parte daquilo que chamamos de um bom sistema de diálogo que existe entre os vários segmentos, que tu tentes arredondar as coisas para não passares por determinados constrangimentos. Como hoje, no caso do Projeto do próprio Ver. Bernardino. Então, é por isso que não vejo como uma questão de tempo de votarmos hoje ou na segunda-feira, não tem alternativa. Não sei se a própria direção do Hospital chegou não a falar com o Prefeito. Quanto ao mérito, sei que o Projeto vai passar por unanimidade, assim como já passaram inúmeros projetos por aqui, só que a unanimidade

de hoje pode se transformar num veto amanhã, criando uma série de problemas. Então, é nesse aspecto que me manifesto.

Agora, votamos, vai passar; é só uma questão de tempo para vermos os ajustes. Unicamente isso! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada por vários Vereadores, o Requerimento de autoria do Ver. Professor Garcia. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 4 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**; 5 **ABSTENÇÕES**.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCL nº 031/14.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero fazer uma saudação a todos os que estão conosco do nosso querido Hospital Mãe de Deus; dado o adiantado da hora vou falar pouco em nosso nome, do partido e em nome do Ver. Paulinho Motorista. Porto Alegre é uma referência nacional em termos de saúde pública, atendimento. O Hospital Mãe de Deus desponta nesta configuração da referência. Nós estamos votando aqui um projeto que trata, sim, de índices. Agora o índice é uma expressão, um atributo que se cria nas cidades brasileiras. Agora, nós não podemos compreender que estamos aqui, pura e simplesmente, votando o índice, alguma coisinha a mais ou a menos. Nós estamos votando aqui aquilo que expressa o grande sentimento da alma porto-alegrense e gaúcha – por que não brasileira e por que não em termos mundiais? –, que é a saúde pública. Ver. Villela, como podemos imaginar que estamos aqui tratando da questão da ampliação do hospital? Não é a ampliação do hospital, mas a ampliação da capacidade de prestar mais serviços da saúde pública para o povo porto-alegrense, para o gaúcho que vem para cá e para todo brasileiro que sabe que Porto Alegre desponta e está na primeira linha da capacidade de atendimento de serviço de prestação de saúde.

Fui Líder de Governo até o mês passado, mas não posso compreender, não tenho nenhum temor de que um projeto dessa magnitude venha a ser vetado, não tem como! Há bem pouco tempo, sendo que fui eu quem pediu a urgência, nós votamos a questão da ampliação do Hospital de Clínicas, que veio, sim, do Executivo. Esse projeto vem do

Legislativo. Quando o Ver. Márcio me apresentou alguns dos senhores dizendo da necessidade e da urgência do projeto, eu disse: podem contar comigo!

Eu quero fazer minhas as palavras de todos os que aqui falaram, dizendo da importante conversa do Ver. Carlos Casartelli, que fez uma bela exposição aqui. Então, nós não precisamos mais tratar do projeto, nós precisamos compreender que não estamos aqui – repito, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores – tratando de números! Isso não é matemática! Não são números, Ver.^a Sofia, mas a possibilidade de oferecer, Ver. Cassio, o mais belo serviço de saúde que Porto Alegre oferece. É mais saúde! Não é mais índice! Portanto, Ver.^a Sofia, a emenda de V. Exa. é interessante e oportuna, mas nós precisamos rejeitá-la. Eu não posso acreditar – e tenho muitos bons amigos na região -, que alguém do Menino Deus diga: “Aumentou um, aumentaram dois ou quinze veículos, nós não queremos a urgência no projeto”. A questão não é por aí! A questão é saúde pública, e nós vamos votar favoravelmente. Falei até demais. Tenho uma palestra agora, às 19 horas, na Universidade Estácio de Sá; preciso sair daqui por volta das 18h10min no máximo. Peço para acelerarmos esse processo para votarmos. Contem conosco, porque é um projeto para Porto Alegre. Aquele abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLCL nº 031/14.

O SR. CASSIO TROGILDO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro, é o mérito da questão da ampliação do Mãe de Deus que proporcionou, por meio da Lei da Copa, mais 200 leitos para Porto Alegre. Concordo com o Ver. Ferronato que não estamos discutindo aqui números. Mas se formos tratar de números, o projeto aprovado já tem o índice de 2,7. Na verdade, neste projeto está se propondo um índice de 3, um incremento de 0,3, Ver. Bernardino Vendruscolo, no índice geral. Então, não é de números que estamos tratando, mas, se for tratarmos de números, é algo bem pequeno do ponto de vista do que representa a saúde como um todo. O Ver. Casartelli me antecedeu nesta tribuna dizendo que temos que entender a saúde como um contexto geral. O Mãe de Deus tem no Rio Grande do Sul inteiro 70% de atendimento pelo SUS, e tudo aquilo que é atendido no Interior deixa de fazer pressão aqui em Porto Alegre! Então,

é nesse sentido! Dizem que no Mãe de Deus é só convênio. Quem tem convênio não é filho de Deus? Não tem trabalhador que tem convênio e vai lá e passa dificuldade? Nós sabemos o quanto a emergência é difícil, porque existem poucas emergências que atendem convênio, as pessoas ficam lá penando, muitas vezes, têm necessidade de um leito e eles não tem condições de fornecer, porque faltam leitos! E aquelas pessoas que estão lá são filhos de Deus também! São trabalhadores que, talvez, estejam numa empresa que proporciona um convênio, e aí não precisam ir para o SUS, que também tem as suas dificuldades.

Então, eu quero encaminhar aqui, em nome da Bancada do PTB, a aprovação do projeto, também o acolhimento das Emendas nºs 01 e 02, com as suas subemendas que têm acordo na Casa. E a Emenda nº 03 é para discussão, depois do Projeto! Nós não podemos misturar a questão urbanística do índice urbanístico com a aprovação do projeto, dizendo que vai ter que ter Estudo de Impacto Ambiental. Isso já tem previsão legal na cidade de Porto Alegre. Não precisa uma emenda nesse projeto.

Então, vamos aprovar o Projeto, Emendas nºs 01 e 02, com suas Subemendas, e rejeitar a Emenda nº 03. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A Sra. Sofia Cavedon: Sr. Presidente, uma questão de informação. Eu gostaria que o autor do projeto, o Ver. Cassio, explicasse melhor, porque, no nosso entendimento, o índice de 2,7 já não tem mais respaldo legal. Na verdade, esse projeto de lei passa o índice construtivo de 1.9 para 3.

O Sr. Cassio Trogildo: Só uma correção: não sou o autor do projeto. Acabei de usar a tribuna, mas o autor do projeto é o Ver. Márcio. A Vereadora citou o Ver. Cassio.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O Sr. Cassio Trogildo: Não, não ouvi mal. A senhora falou Cassio. Mas tudo bem, deve ter sido por engano.

A Sra. Sofia Cavedon: Só para deixar claro: eu disse o Ver. Cassio ou o autor do projeto. O Vereador não ouviu direito. Quero deixar claro que sei de quem é a autoria do projeto.

O Sr. Márcio Bins Ely: Como fui citado, peço escusa ao Vereador que está na tribuna, mas só para esclarecer. Em função da Copa, foram construídos 200 leitos ali. Hoje, a construção que tem ali ocupa o índice 2,7. No bairro o índice é 1,9. Mas, especificamente, o projeto de lei trata que já está construído ali 2,7, legalmente, carimbado e aprovado, nós vamos passar do índice 2,7 para 3. É isso que está muito bem colocado pelo Ver. Cassio.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLCL nº 031/14.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, complementando a informação do autor, Ver. Márcio Bins Ely, Ver.^a Sofia, o índice 2,7 já foi utilizado. Na realidade, vai ser 0,3. Eu quero deixar claro, aqui, que votarei favoravelmente ao projeto e contrário as três emendas. Quero deixar claro aqui.

Venho aqui também porque tive um relacionamento muito íntimo com o Hospital Mãe de Deus, quando Secretário de Esportes e, depois, quando Secretário da Copa. Quando Secretário de Esportes, resolvemos criar, no Ginásio Tesourinha, uma Clínica Pública de Fisioterapia Esportiva para atender gratuitamente todas as crianças e adolescentes que participam dos projetos sociais da Prefeitura, também os corredores de rua, o pessoal da várzea. E o Hospital Mãe de Deus foi o parceiro de primeira hora, Irmã, e hoje nós temos, lá no Ginásio Tesourinha, uma Clínica Pública de Fisioterapia Esportiva com 88% de satisfação nas pesquisas feitas pelo Dr. Felix Drummond, que é o nosso coordenador. É uma iniciativa pioneira neste País, porque nós presenciamos as crianças das comunidades praticando esportes, o pessoal da várzea, e se sofrem uma contusão, uma lesão, uma luxação, não têm onde se tratar. Mas, nessa parceria com o Hospital Mãe de Deus, a Clínica Pública de Fisioterapia Esportiva do Ginásio Tesourinha atende gratuitamente. Depois veio a Copa, sob minha coordenação, estreitamos ainda mais esse relacionamento em função de a FIFA ter escolhido o hospital próximo ao estádio como referencia do evento. E eu falo desses dois exemplos, e vou votar a favor do projeto, porque é exatamente o que os Vereadores que aqui me antecederam disseram,

conheço com profundidade o trabalho que é feito lá. Assim como saudamos a ampliação da emergência do Hospital Ernesto Dornelles, que está maravilhosa e que também resolveu os nossos problemas na Copa e nos grandes eventos, o Mãe de Deus, com o aumento da capacidade de receber SUS e convênios, vem ao encontro de tudo que falamos sobre a necessidade de dar condições e bom atendimento, com bons profissionais nesse segmento da saúde. Então, encerro dizendo que o meu voto é favorável ao projeto. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLCL nº 031/14.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, quero inicialmente pedir desculpas à nossa assistência, à Direção do Hospital Mãe de Deus, pelo atraso nessa votação. Os Vereadores que me antecederam, Pujol, Garcia, Cassio, Bosco, explicaram em detalhes o assunto. Concordo exatamente com o que disse o Ver. João Bosco Vaz, votarei favoravelmente ao projeto e contrariamente às três emendas, porque não sou favorável a esses puxadinhos, a esses penduricalhos que nada têm a ver com o projeto! Quero também enfatizar o trabalho que o Grupo Hospitalar Conceição presta à sociedade: 1.600 leitos, 980 leitos do SUS, 100 leitos, referência do SUS para o Grupo Hospitalar Conceição lá em Canoas, em um trabalho muito bem articulado pelo então Secretário Casartelli, hoje Vereador desta Casa; cinco serviços de saúde mental em Porto Alegre para o SUS; Unidade Básica de Saúde lá na Vila Gaúcha, no Morro Santa Teresa, que vou mudar o nome de Morro Santa Teresa para Vila Sofia, porque é uma invasão só, é uma beleza. Parabéns, Ver.^a Sofia! Ainda, hospital em Capão, com 100 leitos; em Torres, com 100 leitos; Taquara, com 110 leitos – todos do SUS. Ainda, o Centro Clínico Mãe de Deus Center, que é hospital dia, que não é SUS, mas é hospital referência em Porto Alegre; um centro oncológico em Porto Alegre que está à disposição do SUS, só ainda não foi credenciado.

A Sra. Jussara Cony: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu vim a esta tribuna, Vereador, com todo o respeito que tenho a V. Exa., dizer que a emenda que

vários Vereadores subscreveram em relação à contrapartida e ao atendimento do setor filantrópico, a extensão maior, o atendimento ao SUS foi dialogada inclusive com os diretores que estão aqui, os representantes do Mãe de Deus, e também com o Líder da oposição. Então quero lhe dizer que, se V. Exa. pudesse fazer o favor, respeitando toda uma articulação política que fez aqui nesta emenda, ela não é um puxadinho. Ela é uma emenda de construção do Sistema Único de Saúde e das relações políticas entre um gestor e um prestador de serviço. Por favor! (Palmas.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Obrigado, Vereadora. Eu continuo afirmando que é um puxadinho! É um penduricalho que não tem nada a ver com o projeto! É triste que isso aconteça nesta Casa. Parece que cada um quer tirar uma vantagem, um detalhe, e isso não é ético para esta Casa! Eu peço desculpas pelo que está ocorrendo aqui. Concordo totalmente com o Ver. João Bosco Vaz, e vou votar favoravelmente ao projeto e contrariamente às três emendas.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCL nº 031/14.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, o Ver. Nedel fala um monte de coisas aqui e depois... O senhor está usando o Estatuto do Idoso para falar alguma coisa aqui! O senhor fala em gambiarra, fala em puxadinho! É direito do Vereador apresentar emenda a projeto! Entendeu? É direito do Vereador! É direito! O senhor quer cassar o direito dos Vereadores de apresentar emenda? Quando o senhor apresenta emenda, o senhor acha justo! Aí, quando o Vereador apresenta emenda, o senhor usa um monte de artigo, pronome, substantivo, uma série de coisas para falar mal das emendas dos Vereadores! O senhor parece que é dono do projeto! Em primeiro lugar, o projeto é do Ver. Márcio Bins Ely, não é do João Carlos Nedel! Em segundo lugar, o Hospital é da Instituição Mãe de Deus, não é seu o Hospital! As duas emendas, a Emenda nº 01 e a Emenda nº 02 foram acertadas com a direção do Hospital! E o senhor está pegando para o senhor as emendas! O senhor está pegando para o senhor o Hospital! Aí o senhor vem aqui e diz: "Não, porque eu não aceito isso!" Mas, se a Emenda nº 01 e a Emenda nº 2 foram

construídas com a direção do Hospital, com o Líder do Governo! Aí o senhor gasta o seu tempo e, em vez de o senhor dizer, em primeiro lugar, que vai votar a favor do projeto, que vai construir para melhorar a vida das pessoas, que o Hospital Mãe de Deus – já foi dito aqui – é um hospital que atende a convênios, tem muitos convênios... Hoje em dia, é uma exigência da maioria dos sindicatos, quando vão negociar com as empresas, a questão dos convênios de saúde para os seus trabalhadores, a tendência é aumentar muito essa exigência. Hoje o que mais preocupa uma pessoa não é nem a questão da segurança pública – isso preocupa, mas a gente acredita que vá melhorar –, o que mais preocupa as pessoas, hoje em dia, é como e quando ficam doentes: aonde vão arrumar assistência médica? Como vão arrumar internação? Tanto é que nós questionamos o autor do projeto, o Ver. Márcio Bins Ely, se havia ampliação de leitos, porque a maior preocupação da população é a internação hospitalar. Eu mesmo, particularmente, fiquei três dias tentando internar o meu pai num hospital, com plano de saúde! Com plano de saúde! O meu pai é funcionário público com plano de saúde.

O Sr. João Carlos Nedel: V. Exa. permite um aparte?

O SR. CLÁUDIO JANTA: Eu não vou lhe dar aparte, Vereador. O senhor já falou por duas vezes.

O Sr. João Carlos Nedel: O senhor é... (som cortado)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Eu não sou democrático não, eu sou solidário. Não vou lhe dar aparte, porque vou usar o meu tempo, que está quase no fim, para falar.

Então, quero dizer que cada vez a tendência é aumentar a necessidade de internação na cidade de Porto Alegre, e nós não podemos travar esse processo em hipótese nenhuma. Se mais hospitais quiserem ampliar em Porto Alegre, nós temos de permitir a ampliação desses hospitais; e não permitir a ampliação de *shopping centers*, nós já temos 19 *shopping centers* em Porto Alegre! Esta Casa aprovou a ampliação do Hospital de Clínicas e, no início do ano, a ampliação do Conceição. Que venham outros hospitais, seja do Sistema Único, sejam particulares, porque nós vimos fechar o Lazzarotto, nós

vimos vários hospitais de Porto Alegre fechar. Então, quando abre leito, que venha abrir leito!

Agora, o senhor tratar emendas dos Vereadores que vêm propor um atendimento ao Sistema Único de Saúde... O senhor acha que o hospital que foi construído lá na Restinga é um puxadinho? Então, o senhor acha que a contrapartida do Mãe de Deus em favor de alguns postos de saúde é um puxadinho? ? Então, o senhor acha que a contrapartida que pedimos ao Mãe de Deus, de disponibilizar equipamentos que não vai mais usar para o Hospital parque Belém, para o Vila Nova, é um puxadinho? Nós achamos que isso é solidariedade! Em vez de disponibilizar a um hospital lá do Interior esses equipamentos, que eles fiquem em Porto Alegre, ajudando a nossa população, porque a nossa rede hospitalar é a rede de todo o Rio Grande do Sul. Com certeza, quando chega ao Hospital Mãe de Deus, o Mãe de Deus não quer saber se a pessoa é de Itaqui, se é do Quaraí, de Livramento, de Caxias do Sul ou de São Borja; ele quer saber que ali está uma vida, ele vai atender aquela vida e não quer saber o endereço, não quer saber onde mora aquela pessoa.

A saúde em Porto Alegre não tem CEP, a saúde em Porto Alegre tem atendimento. Nós recebemos todos. Agora, os equipamentos de saúde de Porto Alegre têm que ficar no Sistema de Saúde de Porto Alegre. Por isso a nossa Emenda nº 02, que é assinada por dois médicos, o Dr. Thiago e o Dr. Casartelli, este último, ex-Secretário da Saúde; assim como a Emenda nº 01, que é assinada por três médicos desta Casa, e vários profissionais da saúde e pessoas usuárias da saúde vêm com este objetivo. É isto, nós estamos construindo. O intuito desta Casa é ajudar o Executivo, é ajudar a população, é ajudar os empreendedores, é ajudar o Mãe de Deus, seja qual for a entidade filantrópica, seja qual for a instituição de saúde a construir, a melhorar a vida dos cidadãos de Porto Alegre. Este é o nosso papel nesta Casa, não é ser dono de A ou B. E seja gambiarra, seja emenda, seja puxadinho, como dizia o Brasinha, nós vamos fazer, se for para melhorar a vida das pessoas, com muita certeza. Com força, fé e esperança, vamos melhorar a vida das pessoas. Vamos votar favoravelmente ao projeto e às Emendas nº 01 e nº 02, com as subemendas. Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCL nº 031/14.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, boa tarde a todos. Eu, até então, não havia me manifestado, mas fiz questão de participar das discussões, dos diálogos e da construção de um entendimento entre a base do Governo e a oposição.

Durante praticamente toda a tarde, a Ver.^a Jussara e eu nos debruçamos em conversas com todos os Vereadores. Todos foram procurados – todos! Se não houve uma discussão prévia, nós construímos, ao longo desta tarde, um entendimento. Construímos. E foi legal, foi bom, foi trabalhoso. Eu só vim à tribuna para manifestar a minha indignação com relação ao desmerecimento do trabalho que nós fizemos hoje pelo Ver. Nedel. Senti-me envergonhado, porque houve um entendimento, e, se é para o bem da população e da nossa Cidade, não existe oposição nem situação. Destaco as palavras do Líder da oposição, Ver. Kevin Krieger, que se manifestou justamente ressaltando esse entendimento, esse diálogo e essa costura. Não é um puxadinho. Eu e a Ver.^a Fernanda Melchionna do PSOL propomos uma emenda benéfica. Conversamos com vários Vereadores para abrir esse leque de assinaturas, justamente para que não fosse um protagonismo da nossa bancada, para que isso fosse um consenso, para que isso pudesse ser uma iniciativa de todos os partidos e de todos os Vereadores. Então eu me senti ofendido com as palavras que o Ver. João Carlos Nedel proferiu aqui nesta tribuna, por isso a minha manifestação.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Não há dúvida de que o Vereador se equivocou, e eu tenho a impressão de que ele não teve essa intenção, porque é regimental propor as emendas. Só gostaria de salientar o seguinte: aqui nós temos o grupo da oposição, outro grupo da base do governo, e dois Vereadores que não fazem nem da oposição e nem da base do governo, que é este Vereador e o Ver. Cláudio Janta.

A Sra. Jussara Cony: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Acho que é interessante, a partir da emenda da Bancada do PSOL, a articulação feita com a Bancada

do PCdoB, a Bancada do PT, mas, antes, já chamando o Ver. Casartelli, que foi Secretário da Saúde e que nos deu essa visão estratégica do que nós estávamos fazendo aqui através dessa emenda e, em seguida, o Ver. Kevin Krieger. Eu disse da tribuna, Vereador, que hoje nós demonstramos que há perspectiva de unidade quando é em benefício da população de Porto Alegre, e saúde é uma prioridade estratégica. Agradeço – não vou subir à tribuna – por ter feito esta intervenção, porque, francamente, isso não é um puxadinho; isso é fazer política na dimensão e altura da saúde do povo de Porto Alegre, na dimensão e altura de uma Câmara Municipal que tem história de luta pela saúde e por políticas públicas.

O SR. PROF. ALEX: Obrigado. Só finalizando: nenhum de nós é dono da verdade absoluta. Todos os nossos projetos, se forem ampliados e dialogados com a maioria dos Vereadores desta Câmara, podem ser aprimorados, e é para isto que servem as emendas. A gente não pode simplesmente verificar que uma emenda proposta por um Vereador é um puxadinho ou é para corrigir algo que não é perfeito. A perfeição é o que a gente almeja, não necessariamente é o que a gente produz. Ideias podem se juntar, se somar e engrandecer projetos, esse é o nosso trabalho. Boa tarde e faço votos de que tenhamos a aprovação das emendas e do projeto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLCL nº 031/14, por cedência de tempo deste Vereador.

O SR. DR. THIAGO: Ver. Mauro Pinheiro, vou ser o mais breve possível. Acho que nenhum Vereador aqui, a Casa não tem esse instrumento ainda, pode ser corregedor do trabalho de outro Vereador. Eu acho que isso é uma desvalorização na medida em que o trabalho é feito a partir de uma construção coletiva, como o Ver. Janta acabou nominando aqui, de discussão, de diálogo com o Hospital, um outro colega Vereador não pode vir a esta tribuna e desvalorizar, desconstituir o trabalho do colega. Acho que isso, sim, é antiético, e me deixa muito triste, Vereador, ter que vir a esta tribuna dizer isso. O senhor não dá outra alternativa: isso, sim, é antiético, desconstituir o trabalho de um outro colega Vereador. Quero dizer que, sim, Ver. Nedel, *ne sutor ultra crepidam*, já diziam os latinos.

O senhor entende de banco, eu entendo de hospital de saúde! Eu sei, na vivência cotidiana, diária, reiteradas vezes, eu sei das dificuldades que nós temos em muitas das nossas unidades e dos nossos hospitais. Eu sei que esses equipamentos que vão vir a partir da doação do Hospital Mãe de Deus vão fazer a diferença para esses hospitais públicos municipais, principalmente para o HPS e o HPV – eu sei que vão fazer diferença! Claro que tem que ser feita uma varredura de qualidade nesses equipamentos, mas eu acho que de forma alguma isso poderia ser deixado de fora numa contrapartida. Quero dizer de novo: não propus emendas quando houve o projeto do Hospital de Clínicas, e não importa se ele era do Executivo ou do Legislativo, Ver. Garcia; nós tínhamos competência, naquele momento, para fazer as emendas, e nós não fizemos. Eu me penitencio por isso, porque acho que se tivéssemos feito aquelas emendas, hoje poderíamos estar, nessa nova perspectiva que tem o Hospital de Clínicas, doando ou direcionando esses equipamentos de forma mais ativa para a cidade de Porto Alegre e para os hospitais municipais. Portanto, tenho certeza de que o Ver. Nedel vai refletir melhor sobre as suas colocações, porque ele, de forma alguma gostaria de desvalorizar o trabalho dos colegas, porque ele sempre teve um trabalho muito ativo nesta Casa de construção, e não vai ser agora que ele, o Vereador mais antigo da Casa em mandatos consecutivos, vai desvalorizar o trabalho dos seus colegas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Alex Fraga (Requerimento): Presidente, gostaria de retirar o destaque à Emenda nº 01 ao PLCL nº 031/14, de minha autoria, para agilizar a votação.

O Sr. Cláudio Janta (Requerimento): Presidente, queríamos pedir a retirada do destaque à Subemenda nº 02 à Emenda nº 02 ao PLCL nº 031/14.

O Sr. Dr. Thiago (Requerimento): Solicito retirada do destaque da Emenda nº 02 ao PLCL nº 031/14.

O Sr. Idenir Cecchim (Requerimento): Em respeito às pessoas que estão aqui a tarde inteira junto conosco, vamos retirar o destaque à Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLCL nº 031/14.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLCL nº 031/14.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, senhores que nos acompanham aqui, quero fazer rapidamente uma referência especial à minha querida Neca, do bairro Ponta Grossa, que está aqui a tarde inteira, podendo estar no conforto do seu lar, mas está aqui apoiando esse espaço, apoiando essa iniciativa, que é do Ver. Márcio Bins Ely, do meu Partido, que regulariza as áreas do complexo já existente e amplia as futuras construções e adequações. Quero ser bem rápido, senhores, porque não poderia me furtar de falar já que fui relator do processo da ampliação do Hospital de Clínicas e fui autor de uma emenda ao projeto do Hospital de Clínicas; foram trazidos ao debate, negociados e aprovados. É importante, senhores, ouvir quem realmente conhece. Eu, aqui, como gestor de delegacias de polícia - o primo pobre -, muitas vezes, solicitei e esperei uma contrapartida de quem tem condições. Por isso foi negociada, sim, aqui, uma emenda com a assinatura de quem realmente conhece o tema. Parabéns, Vereadores Dr. Thiago e Carlos Casartelli por essa sensibilidade de quem conhece e sabe realmente das dificuldades dos hospitais de Porto Alegre. Venho aqui para dizer que vou votar a favor do projeto e a favor das emendas que trazem, lá no fundo, a sensibilidade de quem realmente conhece por dentro os hospitais de Porto Alegre. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Carlos Casartelli está com a palavra para discutir o PLCL nº 031/14, por cedência de tempo do Ver. Paulinho Motorista.

O SR. CARLOS CASARTELLI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; público que nos assiste das galerias e pela TVCâmara, na verdade, eu fiz questão de voltar aqui porque é preciso que nós - que temos mais experiência com a área da saúde - falemos o que é o setor saúde, o que é uma instituição hospitalar. Eu tenho 35 anos de formado, 35 anos em que eu atuo como médico na área da saúde, tenho 25 anos de serviço público sempre na área da saúde. E, nesses 35 anos, eu não vi nenhuma instituição hospitalar que não precisasse constantemente estar se adequando em termos

de novos equipamentos. Esses novos equipamentos necessitam de novas estruturas físicas. Então, precisa-se adaptar, muitas vezes, vários setores do hospital para conseguir instalar um tomógrafo de última geração, um exame de imagem de última geração. As estruturas hospitalares estão constantemente em reforma. Então, é impossível que fiquemos discutindo aqui se é necessária ou não essa ampliação. Não é a ampliação de um prédio, é a ampliação de um sistema de saúde. Nós precisamos qualificar constantemente a saúde pública. Mesmo aqueles hospitais que atendem o setor privado em saúde precisam ser constantemente qualificados, melhorar a sua estrutura, para, com isso, qualificar, ao cabo, o atendimento em saúde à população.

É importante dizer que nós construímos nesta Casa, além de construir a aprovação do projeto – e obviamente que todos nós Vereadores podemos optar por votar “sim” ou “não” –, vários encaminhamentos buscando a aprovação desse projeto do Ver. Márcio Bins Ely. Construímos duas emendas, de forma coletiva; discutimos, com a bancada do PSOL, com as demais bancadas, a emenda inicialmente proposta pelo Dr. Thiago; fizemos alterações com o Ver. Cláudio Janta, buscando alternativas para que as emendas ficassem consensuais e o projeto se tornasse ainda melhor do que já era inicialmente.

Então, peço que a gente prorrogue esta Sessão, inclusive, para possibilitar a aprovação desse projeto ainda hoje. E eu quero lembrar a esta Casa – eu não era Vereador, mas vou falar como se Vereador fosse: nós aprovamos nesta Casa, se não me engano, em 2008, a ampliação do Shopping Iguatemi. Então, se nós aprovamos a ampliação de um *shopping center*, como foi em 2008 com o Shopping Iguatemi, como nós não aprovamos a ampliação de uma estrutura hospitalar que vai qualificar o atendimento em saúde da nossa Cidade e do nosso Estado? Então, eu peço, Sr. Presidente, que, se for necessário, se prorrogue esta Sessão e que iniciemos a votação o mais rapidamente possível, mas que a gente saia daqui hoje com esse projeto que beneficia não só à instituição Mãe de Deus, mas a todos os usuários do Sistema Único de Saúde da nossa Porto Alegre, do nosso Estado; enfim, a todos os moradores, todos os cidadãos do nosso Estado. Então, era isso que eu queria colocar: para que pudéssemos encaminhar a votação o mais rapidamente possível.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLCL nº 031/14.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, quero cumprimentar os dirigentes do grupo hospitalar objeto desse projeto de lei, porque esse projeto será unanimemente aprovado. Eu não vi ninguém vir aqui na tribuna falar contra o projeto; a discussão são as emendas. E sobre as emendas, eu quero, honestamente, fazer uma revisão de posição.

Eu anunciei, da tribuna, que votaria contra todas as emendas. Modifico a posição. Muito eticamente, o Ver. Professor Alex tentou me explicar a proposta, e na confusão do barulho, eu não entendi bem. Posteriormente, conversando com o Ver. Kevin Krieger, fui ler com mais calma, e, sinceramente, a redação não é boa, mas o fim é bom. E o fim consagra uma coisa que a gente já vem fazendo há muito tempo, a questão dos braços fortes do SUS em Porto Alegre. Então, com relação à sua emenda, eu vou votar a favor. E o fato de o Ver. Nedel ter dito “um puxadinho” não tem o pejorativo em que estamos pensando. O Ver. Alceu Brasinha, há muito tempo, chamava assim todas as emendas aqui na Casa, era o “rei do puxadinho”. Isso não é ofensa. Eu vou dizer: belo puxadinho, vai agasalhar um bom projeto e vai garantir o meu voto. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Sr. Presidente, vou retirar o destaque à Emenda nº 03 ao PLCL nº 031/14, porque já no encaminhamento da matéria nós vamos justificá-la.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, solicitando a retirada do destaque à Emenda nº 01 ao PLCL nº 031/14.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Dr. Thiago, solicitando a retirada do destaque à Emenda nº 02 ao PLCL nº 031/14.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando a retirada do destaque à Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLCL nº 031/14.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando a retirada do destaque à Subemenda nº 02 à Emenda nº 02 ao PLCL nº 031/14.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando a retirada do destaque à Emenda nº 03 ao PLCL nº 031/14.

Em votação o PLCL nº 031/14. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 031/14.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Presidente. Vou falar e agradeço ao Ver. Marcelo Sgarbossa, que é o nosso Líder. O PT, desde o início, se colocou favorável ao projeto. Em nenhum momento, nós achamos que era inadequado, tratando-se de um hospital. A nossa fala aqui referenciou isso, a fala de todos os Vereadores que se manifestaram. Somos favoráveis às emendas construídas, e a Emenda nº 03, eu passo a explicar um pouco melhor, porque a nossa bancada tentou entender e, realmente, o Ver. Márcio Bins Ely, na justificativa, afirma que o hospital já tem construção a partir das leis da Copa. São três leis que mudaram de datas e que já há construções com 2.7 e que, em mantendo-se o índice de 1.9 adequações, futuras construções, terão problemas. Bom. Esta é uma afirmação do Vereador, quero que o Hospital compreenda que era importante que para nós viesse mapa, viesse tamanho do que está construído, porque para mim ainda vai ficar a dúvida, do 1.9 para o 3, o quanto de índice na verdade está sendo concedido para futuras ou não. Nós estamos na verdade passando aquela área toda para 3.0, e não temos as informações precisas da diferença do que está construída ou não, mas confiamos; claro que sim! Não a lei, hoje, não permite mais, porque terminaram os prazos de todas as leis anteriores. Então, mas está bem! Está entendido, apenas para ficar claro, e que a nossa emenda, ela não, como diz aqui empata, inviabiliza, termina... Qualquer construção deve ter estudo, que a Prefeitura sempre faz para liberar os projetos. E se for um caso de impacto, como alguns falam aqui de 0.3, obviamente, não haverá nem necessidade de Estudo de Impacto Ambiental. Quando a gente se remete a Estudo de Impacto Ambiental é porque ele tem regras; aí em algumas situações em que ele é aplicado. Então, nós entendemos que ele é um estudo importante em todo o tipo de construção dessa Cidade para que a Prefeitura possa avaliar as consequências dessa construção. Então nós somos favoráveis pelo sentido público, estratégico, do Hospital Mãe de Deus, da Saúde, e votaremos favorável também à Emenda nº 03. Queremos

parabenizar o entendimento do grupo de Vereadores aqui, que este projeto possa fortalecer cada vez mais a saúde da nossa Cidade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelos Vereadores Cláudio Janta e Professor Garcia, a Emenda nº 01 ao PLCL nº 031/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelos Vereadores Cláudio Janta e Idenir Cecchim, a Emenda nº 02 ao PLCL nº 031/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**, 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação a prorrogação da Sessão por mais duas horas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Dr. Thiago, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLCL nº 031/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Subemenda nº 02 à Emenda nº 02 ao PLCL nº 031/14. (Pausa.) (Após a aprovação nominal.) **APROVADA** por 21 votos **SIM**; 02 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada pelos Vereadores Dr. Thiago e Cláudio Janta, a Emenda nº 03 ao PLCL nº 031/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 5 votos **SIM**; 22 votos **NÃO**, 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelos Vereadores Cláudio Janta e Dr. Thiago, o PLCL nº 031/14 (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**.

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Solicito alteração na ordem de priorização de votação, passando, em primeiro lugar, para a discussão do PR nº 013/15. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão, em 2ª Sessão, o PR nº 013/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Está encerrada a 2ª Sessão de discussão.

Em discussão o PDL nº 002/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

A Sra. Jussara Cony (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Visivelmente, não há quórum. Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h56min.)